

## Capítulo 8

# Desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porque e como recuperar a escala nacional?

*Victor Ramiro Fernández*

### 1. Introdução

Entre os fatos mais marcantes na análise dos processos de reestruturação econômica-institucional e espacial do capitalismo durante as últimas três décadas figura o notável reposicionamento outorgado por acadêmicos e *policy-makers*, às regiões e localidades, bem como os processos produtivos levados adiante pela proximidade das empresas, força de trabalho e instituições.

O fato é que essas três décadas foram acompanhadas por programas institucionais, alimentados por pautas de pesquisa que apelam para escalas regionais e locais, como instrumentos de desenvolvimento, usando um complexo de categorias dominado por termos conceitual e funcionalmente difusos (tais como distritos, clusters, regiões inteligentes, cooperação, capital e densidade institucional). A replicação desses conceitos com impressionante universalidade contribuiu para instalar uma “nova ortodoxia regionalista/localista” ou, como outros sugerem, um “pensamento único localista” (Brandão, 2012), que ganhou terreno primeiro nos países centrais e, em seguida, na periferia, particularmente na América Latina (Fernández et al., 2008).

No entanto, os resultados da prática regionalista não foram precisamente promissores: Por um lado, foram mantidas e aprofundadas as desigualdades nos contextos macrorregionais e nacionais nos quais se inserem essas dinâmicas subnacionais, mantendo a América Latina como a região mais desigual do mundo (CEPAL, 2004). Por outro, no interior dos espaços nacionais, as convergências territoriais, seja sob a prática de mecanismos de mercado (Barro; Sala-i-Martin, 1992) ou pelo “desenvolvimento endógeno”, que fortaleceria a “iniciativa local” (Vázquez Barquero, 2000), esti-

veram muito longe de ser alcançados, confirmando um aprofundamento das desigualdades inter-regionais (Markusen; Campolina Diniz, 2003).

Tendo em vista essa realidade, cabe perguntar: quais são as chances de que essas categorias e ferramentas conceituais permitam dar conta das causas dessas desigualdades e diferenças em cenários e momentos históricos muito diversificados? E ao mesmo tempo, quais são as possibilidades de constituir e fixar uma estrutura para reverter tal cenário e fazer com que outro seja gerado com base em um desenvolvimento mais integral, especialmente para as nações e regiões periféricas?.

Nosso ponto de partida é o de que os enfoques do desenvolvimento regional e as localidades precisam alargar suas perspectivas rumo à construção de categorias mais holísticas e adequadas, capazes de fornecer precisão ao cenário complexo e condicionado no qual se movem as regiões. Isso envolve, em primeiro lugar, a necessidade de considerar o desenvolvimento das regiões e localidades não apenas a partir de *dentro delas*, ou seja, a partir de uma concepção que entende que são espaços autodelimitados que dispõem, a partir de seu dinamismo interno, de uma capacidade imunológica suficiente para responder, de forma eficaz, aos desafios impostos pelos processos de globalização. Convidamos aqui o leitor a pensar as regiões e as localidades como *nós* integrantes de redes de fluxos e atores, assim como de decisões e recursos situados *fora delas*, que enquanto as atravessam e as redefinem permanentemente, as condicionam em suas estratégias e possibilidades (Amin, 2004); (Massey, 1994; 2004).

Nesta perspectiva geral incorporamos a relevância de: a) uma análise das escalas e suas representações na reestruturação capitalista, no contexto em que se compõe o discurso regionalista; e dentro dessa análise, b) uma recuperação do papel estratégico da escala nacional, tanto do ponto de vista de diagnósticos, como o de estratégias.

Ambos os aspectos permitem: 1) Por meio da análise escalar e da ascensão de dinâmicas transescalares explicar a funcionalidade da representação espacial bipolar, plana e desempoderada adotada pelas perspectivas regionalistas/localistas com as lógicas reprodutivas do capital global em tal reestruturação. Para compreender essa funcionalidade examinamos qual é o posicionamento das perspec-

tivas dominantes do novo regionalismo: a) no âmbito das metáforas e representações escalares praticadas pela geografia humana, destacando o papel sobrevivente do tamanho e das hierarquias no funcionamento do poder no plano mundial; e a partir dessa estrutura, b) nas lógicas e estratégias que acompanham as “políticas e as representações escalares”, cuja reprodução é impulsionada pelas frações globalizadas do capital; 2) Por meio da incorporação da escala mesonacional – e do papel do Estado nacional –, mostrar as razões pelas quais essa dominante perspectiva regionalista impede de explicar como as regiões se inscrevem dentro de trajetórias nacionais específicas, que por sua vez são localizáveis em macrorregiões, e que abrem, a partir dessas especificidades, diferentes potencialidades e requerimentos para o desenvolvimento em geral e para o desenvolvimento regional em particular.

A recuperação dessa escalaridade nacional sob uma perspectiva multi/transescalar<sup>1</sup> envolve, em primeiro lugar, a tentativa de resgatar o papel das abordagens analíticas apoiadas nas *variedades de capitalismo* (VoC) (Hall; Soskice, 2001) e o surgimento de conceitos, tais como o *Sistema Social de Produção* (SSP) e suas contribuições mais recentes no campo da geografia econômica.

Em segundo lugar, sempre sob da perspectiva escalar, tratamos de mostrar – a partir das diferenciadas trajetórias nacionais do Leste Asiático (LA) e da América Latina (AL) – que, apesar da perspectiva ampliadora, sobre os desafios, possibilidades e restrições que operam sobre as regiões, o conceito de SSP e seus elementos, demandam uma reformulação orientada para compreender as complexas, particulares e também diferenciadas respostas, cujas trajetórias capitalistas atravessam na periferia, e, dentro delas, países e regiões que compõem essas áreas.

Para isso trazemos elementos ausentes na abordagem do SSP, que além de incorporar uma perspectiva trans e multiescalar na análise da escala nacional compreendem: a) a consideração de qualidade do Estado e a relação dele com sua lógica de intervenção; b) a relação dessa intervenção com a estrutura e dinâmica do capital produtivo e c) a formação de um núcleo de acumulação endógeno

---

<sup>1</sup> Neste trabalho nos referimos à multiescalaridade quando consideramos articulações escalares de ordem institucional, nas quais vinculam-se determinadas instâncias ou concorrências. Apelamos, no entanto, à noção de transescalaridade ao considerar as relações compostas a partir de redes de fluxos que atravessam as ditas instâncias.

e sua capacidade de subordinar o capital financeiro para este fim integrar formalmente a força de trabalho a esse núcleo.

A partir da investigação comparativa desses elementos entre a experiência do Leste Asiático e da América Latina, tratamos finalmente de tentar explicar a importância deles e a dita escala nacional para formular diagnósticos sobre as possibilidades e limitações que se abrem para as regiões posicionadas em diferentes trajetórias nacionais da periferia, como diretrizes estratégicas para o desenvolvimento regional sustentável e integrador. Essas diretrizes propõem que combinar retroalimentarmente formas *bottom up*, baseadas em lógicas descentralizadoras e conectividades intra e interregionais/ locais, com padrões centralizadores e formas *top down*, no qual se destaca o papel multiescalarmente articulador do Estado nacional.

O trabalho está organizado em quatro seções, preservando a sequência dos argumentos antes referidos e conclui com uma síntese os aspectos e resultados, bem como os desafios para pesquisas futuras.

## 2. Regiões e localidades emergentes como ferramentas na reestruturação capitalista

Nos últimos 25 anos, as regiões e localidades foram definidas como locais estratégicos para a compreensão do processo de reestruturação e dinamização do capitalismo (Scott; Storper, 2003); (Krugman, 1991). A história do surgimento, evolução e institucionalização do pensamento “novo regionalista”, neste contexto, é, a essa altura, bem conhecido (Fernández et al., 2008), mas deixe-nos apresentar brevemente os aspectos mais importantes do argumento da tal reinstalação, não só em sua face acadêmica, mas também política e institucional.

Desde meados dos anos 80 um importante conjunto de contribuições sustentava que, em resposta à crise capitalista dos anos 70, assistimos à emergência de um padrão de especialização ou acumulação flexível (Piore; Sabel, 1984); (Hirst; Zeitlin, 1991). O mesmo é baseado em um novo padrão de organização dos processos de produção que veio desafiar a rigidez fordista por meio da desintegração vertical, a potencialização a divisão social do trabalho e apoio – a partir disso– das formas descentralizadas e cooperativas de base territorial (Scott, 1988). Inúmeros estudos de caso, essencialmente compreendidos pelo conceito de distrito industrial (Pyke,

Becattini, Sengenberger, 1993), foram então desenvolvidos para exaltar as novas tendências flexibilizadoras e sua relação com a regeneração das regiões.

A partir dos anos 90, e sob a influência de abordagens evolucionistas e neo-shumpeterianas e os desafios da economia do conhecimento, o surgimento do conceito de *Sistema Nacional de Inovação* (SNI) veio a posicionar estrategicamente o papel da aprendizagem institucional e o papel dos processos de articulação público e privado na geração dos processos de inovação coletivos (Lundvall, 1992); (Nelson, 1993); (Freeman, 1995). No final dessa década, e com a contribuição pioneira do GREMI (Groupe Européen de Recherche sur les milieux innovateurs) (Camagni, 1991; Maillat, 1995; Capello, 1999), a escala nacional sobre a qual originou o conceito deu lugar aos âmbitos regionais e ao conceito de Sistema Regional de Inovação (SRI). Isso permitiu posicionar tais âmbitos como instâncias estratégicas para a identificação e promoção de processos coletivos de aprendizagem e inovação, SRIs a partir dos benefícios proporcionados pela proximidade espacial para o desenvolvimento desses processos (Cooke; Morgan, 1998); (Cooke, 2001); (Asheim; Isaksen, 2002); (Braczyk et al., 1998); (Boschma, 2005). Os benefícios dessa última e a importância dos *face to face contacts* foram mantidos até recentemente como fundadores da inovação, da competitividade e do desenvolvimento (Storper; Venables, 2004); (Rodríguez-Pose; Crescenzi, 2008); (Sonn; Storper, 2008).

Este posicionamento de regiões nas duas últimas décadas, primeiro a partir das vantagens estáticas da flexibilidade produtiva e divisão social do trabalho e, em seguida, a partir das vantagens dinâmicas, baseadas em processos coletivos de aprendizagem e inovação, encontrou uma forte tradução institucional. Conceitos como *clusters* e SRI se tornaram insumos essenciais nas pautas de assessoria e os programas internacionais dos países centrais, por meio de organismos como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da UE (União Europeia), orientados para a inovação, competitividade e equilíbrio territorial, derramando também em muitos programas nacionais desse último cenário (Raines, 2001). Principalmente a partir da década de 90, esses conceitos foram transportados acriticamente para os cenários periféricos, como o latino-americano, também nas mãos de organismos internacionais como o BID (Banco Interamericano

de Desenvolvimento) a própria CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e diversos programas nacionais (Fernández et al., 2008).

### 3. Uma leitura do regionalismo dominante a partir das representações e metáforas escalares

#### 3.1. As escalas como representações

Como advertimos inicialmente, o vigoroso reposicionamento regionalista tem como efeito inverso resultados associados essencialmente ao aprofundamento e não à reversão das assimetrias regionais, feito que assume particular importância tendo em vista que, como foi destacado, esse reposicionamento não foi circunscrito à academia, mas ganhou presença no campo das instituições e das políticas para reverter estas desigualdades.

Essa incompatibilidade entre o discurso regionalista e os resultados de sua prática e suas políticas obedece uma leitura inconsistente sobre o processo de reestruturação escalar do capitalismo e, nesse contexto, do posicionamento que assumem e as potencialidades que se abrem para as regiões, as localidades e seus atores nesta reestruturação, especialmente nos cenários periféricos.

A problemática das escalas e suas transformações, tornada um dos *issues* mais centrais da geografia humana nos últimos 20 anos (Passi, 2004), é um ponto de partida importante para a compreensão dessas limitações. No entanto, o conceito de escala ficou comprometido em um campo de alta indefinição, ambiguidade e variabilidade, ainda que recentemente alguns questionem a pertinência de apelar para a escala para compreender os processos de reestruturação espacial (Marston et al., 2005).

Sua pertinência requer, em primeiro lugar, não adotar escalas como entidades reificadas e muito menos estáticas, mas como “representações” impulsionadas por atores acadêmicos, institucionais e econômicos, nas quais os últimos três apontam estratégias destinadas para resolver sua reprodução e os conflitos de poder originados por elas.

Proponhamos, portanto, abordá-las não apenas como instrumentos gnoseologicamente construídos (Jones, 1998), ou seja, como os artefatos epistemológico-analíticos (Moore, 2008); (Jones,

1998), mas, além disso, como representações (espaciais do funcionamento social) levadas adiante a partir de um processo interativo dos atores mencionados. Com este processo se delimitam em um dado contexto histórico e sob certas formas, determinados campos espaciais aos que dão certos conteúdos não só simbólicos, como também materiais, ligados à atribuição de competências legais, os faculdades laudatórias, recursos econômicos etc. Esses conteúdos dão o sustento factual para as estratégias mencionadas, as quais, por sua vez, fornecem uma tradução espacial aos interesses contraditórios e às relações de poder sob as quais se colocam.

A escalaridade como “representação”, resultante dessa – muitas vezes contraditória – dinâmica social, acarreta certos “*mapas mentais do mundo*” (Toal, 2002) ou “*esquemas compartilhados de interpretação*” que dão determinado sentido para essas estratégias (ações e políticas) que são realizadas (Moore, 2008). O controle de conteúdos simbólicos e materiais sobre os quais essas representações escalares se organizam em um determinado contexto histórico, se tornam um insumo fundamental para a reorganização das relações de poder e a expansão das estratégias reprodutivas dos atores econômicos e sociais, estratégias sobre as quais transitam os fluxos e ações que constantemente se expandem e redefinem, transvasando as escalas desses mapas mentais socialmente consensuados. Essa consensualidade (esquemas compartilhados), por sua vez, não é um transvasamento linear de determinados atores acadêmicos em direção ao conjunto de atores econômicos e sociais, mas uma forma de mapear escalarmente o mundo que certos atores conseguem impor aos outros – combinando convencimento e conflitos, valendo-se em maior ou menor medida, de determinadas contribuições que operam primeiro como ideias e, em seguida, como instituições que passam a dispor desses conteúdos simbólicos e materiais indicados.

De fato, como mencionado, essas representações não são estáticas, mas ao contrário, uma vez que eles são um resultado da mudança de contextos históricos nos quais se desenvolvem as estratégias, bem como as crescentes interpenetrações escalares. No entanto, em certos momentos e espaços essas representações expressam “hierarquias geográficas relativamente estáveis nas quais as atividades organizadas em determinadas escalas tendem a predominar sobre as outras” (Collinge, 1999 apud Brenner, 2001:

607), tornando possível por meio disso, a implantação de estratégias de atores econômicos e sociais que assumem uma posição dominante.

Ao assumir essa perspectiva começa o caminho para revelar as incoerências daquelas “representações” ou “mapas escalares” adotados – implicitamente – pelo enfoque regionalista dominante. Tais inconsistências estão relacionadas à adoção de uma representação escalar plana e bipolar e, portanto, ignorar o poder e os interesses que acompanham as estratégias dos atores e a dinâmica espacial multiescalar e interpenetrada do capitalismo.

No entanto, para dar conta dessas deficiências da melhor forma é pertinente avançar nas abordagens das escalas realizadas por um corpo de metáforas utilizadas pela geografia política e econômica, para depois voltar à perspectiva “representacional” ligada ao papel de “mapa compartilhado” e as estratégias de poder que temos observado (González, 2007).

As representações das escalas por meio de metáforas foi claramente sintetizada por contribuições de Howitt (1998); Herod (2003) e Herod; Wright (2002). Embora seja útil primeiro considerar como ambas contribuições sobre as representações metafóricas podem ser complementares, também o é observar como se posiciona em tal contexto a representação escalar do discurso regionalista dominante. Sobre este quadro analítico e esse corpo metafórico, podemos finalmente, como já advertimos, voltar a nossa perspectiva representacional para analisar as escalas a partir do ponto de vista das políticas (“políticas das escalas”) e políticas econômicas (“economias políticas das escalas”), considerando-se as relações de poder e as estratégias que acompanham a transformação espacial e o posicionamento hegemônico do capital global. Observando a maneira como o relato regionalista dominante se articula funcionalmente com essas transformações podemos dar conta das inconsistências mencionadas, que por sua vez explicam em grande parte o divórcio com os resultados.

### **3.2. As escalas como metáforas**

A abordagem das escalas ganhou uma presença significativa na década de 1980, a partir das contribuições pioneiras apresentadas por Peter Taylor e Neil Smith.

Voltaremos mais tarde a algumas das notas centrais abordadas

por esse último para que nos concentremos no quadro escalar apresentado por Taylor no início daquela década.

Desde que a estrutura conceitual da abordagem teórica do sistema mundo e com o imperativo de dar uma dimensão espacial para a divisão social imposta pela dinâmica de acumulação que ocorre – crescentemente – no plano global, Taylor apresentou um quadro de análise triescalar formado pela *macroescala* global, a *mesoescala* nacional e a local *microescala* urbana/local (Taylor, 1982).

Como destaca Marston, essa trilogia escalar analiticamente poderosa – depois ampliada por Smith – não foi acompanhada em respeito à precisão dos aspectos envolvidos na produção delas, e na forma em que se transformam umas em outras (Marston et al., 2005).

Em grande medida, o debate sobre as escalas seguido das contribuições mencionadas nas duas décadas subsequentes tentou avançar sobre essa insuficiência. A partir da adiantada perspectiva de abordagem, que vincula as escalas não a uma ontologia, mas às representações dessas contribuições, sem dúvida a mais importante delas, veio da apresentação das mesmas por meio de metáforas.

Na perspectiva de Howitt, as abordagens sobre as escalas podem ser sintetizadas em torno de três metáforas (ou formas de representação) dominantes), as quais são abordadas sob a perspectiva de *tamanho*, *o nível* e *a relacionalidade*. Ainda quando Howitt realizou essa apresentação tridimensional para dar-lhe especial profundidade à terceira delas, procuraremos dar conta da significação e inter-relação das três, observando – como dizíamos – sua complementaridade com as metáforas recuperadas por Herod e a maneira como se posiciona a perspectiva regionalista no contexto dessas metáforas.

### **3.2.1. A metáfora escalar do tamanho, “o poder condicionador da dimensão” versus “a bipolaridade expansiva a partir do local”**

A primeira das metáforas destacadas por Howitt com qual pode ser considerada o modelo triescalar está ligada ao tamanho e se traduz no alcance ou extensão de cada um dos elementos desse modelo.

Essa metáfora permite observar os campos de escala global, nacional e regional como uma organização espacial marcada por

alcances e extensões espacialmente diferenciais no contexto dos quais podem atuar determinados *atores, forças, recursos, fluxos*, de forma que cada um desses alcances marquem os pontos nodais das ações (ou seja, os nós de decisão cujos efeitos e relações modificam os outros) ou – inclusive – o limite no qual essas ações são limitadas.

A introdução das escalas global, nacional e regional sob as metáforas relacionadas ao tamanho se complementa adequadamente pelas quais Herod representa tanto sob as figuras dos “círculos concêntricos”, como a das “bonecas russas”. Apesar de suas especificidades, elas representam esferas ou unidades/bonecas maiores – escala global – que abrigam em seu interior outras menores que integram/se acomodam como partes dentro de um todo – escalas regionais e local –, sem perder a sua independência constitutiva.

Esta metáfora escalar centrada no tamanho leva a uma leitura que, em contraste com a perspectiva regionalista dominante baseia-se nos *atores, forças e fluxos* posicionados nas instâncias/escalas maiores (representados pela boneca externa ou o círculo maior) contam – a partir de seu alavancamento global – com capacidades diferenciais para atuar e penetrar, de forma condicionante sobre os atores e forças localizadas em instâncias menores.

A representação da escala, pelo tamanho, conforme essa leitura, deixa pouca margem para pensar que as “bonecas” menores e seus atores, possam impor-lhes direções ou qualidades a este último, uma vez que o tamanho das escalas na qual estão colocadas marca também a capacidade operacional dos atores, forças e fluxos que as compõem.

Agora, como se posiciona a perspectiva regionalista dominante? A primeira resposta para esta pergunta é a de que a representação escalar que – implicitamente – assume essa perspectiva dominante não leva em conta um diferencial de tamanho na reestruturação escalar. Em vez disso, a representação escalar pode ser vista como a geradora de um processo de ordem bipolar no qual o reconhecimento do processo de globalização opera conjunta e complementarmente, com um fortalecimento das formas locais e regionais.

Trata-se de uma ordem bipolar, baseada em uma em uma dialética global-local, que sustenta que a expansão e o dinamismo do primeiro elemento do binômio (o global) se relaciona com a qualificação interna do segundo (o local) contrariamente àqueles que exaltam a capacidade do global em declínio e sob a subordinação do local (Gibson-Graham, 2002). A escala local não representa um

espaço (boneca ou círculo menor) explicado ou condicionado pelos espaços globais mais amplos. De maneira inversa, essa escala local – além do seu tamanho – se reposiciona no cenário bipolar emergente como âmbito de construção de construção dinâmico cuja consistência, complexidade e organização interna envolvem o dinamismo dos processos de escala globais.

A “representação” ligada ao tamanho e sua capacidade de condicionamento que pode se desprender das metáforas escalares, a perspectiva do novo regionalismo dominante se opôs a um esquema de “bipolaridade expansiva a partir do local”, que rompe em princípio o esquema de que “os tamanhos contam” e levam à interpretação de que o pequeno bem organizado opera como elemento de qualificação nas esferas maiores.

### **3.2.2. A metáfora escalar do nível: hierarquização *top down versus o modelo localista bottom up***

Então, essa primeira metáfora escalar, continua e se complementa e com a segunda dimensão das metáforas, que liga a ideia de escala com o nível e, por meio dele, com a noção de hierarquias.

Em apoio a essa abordagem hierárquica, Herod (2003) refere-se ao gráfico da escada, o que leva a uma leitura da organização espacial dos processos e as instituições, que responde às formas verticais, que estrutura os mesmos (processos) e em formas prioritariamente descendentes, ainda que também em formas ascendentes.

Em outras palavras, os tamanhos escalares podem associar-se à estruturas hierárquicas que impõem decisões, ações, estratégias e relações de “cima para baixo” (*top-down*) e aqueles – espaços e atores – localizados nos níveis inferiores locais (regionais, locais e urbanos).

Ao contrário, a perspectiva regionalista dominante evidencia a preponderância e relevância de uma articulação inversa à forma *top down*, ou seja, piramidal ou em forma de “escadas descendentes” sustentada a partir das metáforas de escalas. A representação mantida a partir da perspectiva regionalista supõe que o seu mencionado mundo bipolar (local-global), formado por dois campos de construção complementares, assenta-se em um plano de construção essencialmente local que opera com uma lógica primeiro horizontal, que não reconhece a importância (e os condicionamentos) derivados das verticalidades intralocais. A partir daí, propõe-se uma forma ascendente, que dissolve as assimetrias derivadas não

só do tamanho, mas do posicionamento em diferentes instâncias escalares. A interação escalar simplificada pela “bipolaridade ascendente” que resulta do que foi mencionado, acompanha-se de um posicionamento quase exclusivo no plano intralocal para a análise das qualidades dos processos, estratégias e as organizacionais que moldam essa interação bipolar.

### **3.2.3. A metáfora escalar da relacionalidade: construção social “monoescalar” versus “transescalar”**

Utilizando a imagem das “escalas musicais”, a terceira e última metáfora aportada pela contribuição de Howitt está ligada a uma concepção relacional, que insere as escalas, a sua constituição e suas transformações no âmbito de um processo interativo que facilita a construção dinâmica de totalidades geográficas (Howitt, 1998).

Sendo acompanhado por boa parte das abordagens desenvolvidas a partir de geografia humana (Marston, 2000); (Marston; Smith, 2001); (Passi, 2001), essa perspectiva relacional implica, em primeiro lugar – e em termos gerais – e em termos gerais, que as escalas não podem ser concebidas como instâncias fixas e autoisoláveis, mas como o resultado de um complexo de relações sociais transescalares que as interpenetram, configuraram e transformam permanentemente.

O complexo das relações sociais e econômicas ligadas à produção, reprodução e consumo social (Marston, 2000) ocorre por meio de processos transescalares (Howitt, 1998), nos quais os atores, fluxos, decisões e relações, mesmo tendo diferentes pontos ou nós de partida (locais, regionais, nacionais ou globais), transvasando para esses últimos para dinamizar e reconstituir constantemente outras instâncias escalares, configurando o que foi denominado “escalas aninhadas” (Swyngedouw, 1997).

No entanto, o dinamismo e a mutabilidade sob a qual se conformam as totalidades geográficas de acordo com essa transescalaridade interpenetrante não impede, como já foi mencionado, que se conformem as hierarquias geográficas relativamente estabilizadas sob as quais se ancoram certos atores e atividades que predominam sobre outros (Brenner, 2001). Ou seja, a relacionalidade transescalar e seu dinamismo escalar convivem com estabilizações na quais as hierarquias e tamanhos preservam significância.

No entanto, como se posiciona a corrente regionalista dominante

a respeito dessa perspectiva e a metáfora relacional? Aquela toma novamente distância dessa última ao propor um imaginário escalar no qual as dimensões locais e regionais dão lugar à instâncias autor-reprodutíveis que conseguem fazer com que o alcance e a eficácia das interações externas dependam quase exclusivamente de sua qualidade organizativa. Em outras palavras, as relacionalidades estratégicas não passam a ser aquelas que conformam as redes e decisões transescalares, mas as que se realizam essencialmente sob formas horizontais em determinados contextos definidos como “locais”. A escalaridade do regionalismo dominante é formada, portanto, a partir de uma relacionalidade prioritariamente intraterritorial (sob uma fronteira local autoimposta) e uma conectividade escalar essencialmente baseada na conexão de instâncias que são entendidas como compartimentos claramente delimitados e autoqualificados.

Smith / Taylor Global - Nacional – Regional/Local			
	Howitt	Herod	Regionalismo dominante
TAMANHO	Unidades diferentes por Tamanhos: Atores, Fluxos	"Círculos concêntricos" ou "Bonecas Russas"	Não dá conta de uma ordem por tamanho, mas de um esquema global/local
HIERARQUIA	Top-down	Escadas	Bottom-up "Bipolaridade ascendente", não hierárquica
RELACIONALIDADE	Processos com diferentes nós de partida Escalas aninhadas	Escala musical	Relacionalidade intralocal Instâncias locais e regionais autorreprodutíveis, dependendo da organização interna

### 3.3. Rumo a uma estrutura comum de interpretação sob complementaridade das metáforas

Conforme o que foi mencionado, e mesmo quando o enfoque relacional das escalas tenha sido considerado como uma perspectiva mais atualizada e priorizável em relação ao resto das metáforas

(Marston, 2000), o fato é que todas as três formas de abordagem podem coordenar-se para obter uma adequada representação escalar. As redes de relações transescalares que configuram e reestruturam constantemente as escalas, no entanto, ocorrem vezes, em formas horizontais e o fazem muitas vezes sob modalidades verticais que configuram escalarmente as hierarquias geográficas relativamente estáveis às quais nos referimos, compreendendo um complexo específico e variável de concorrências e recursos dos Estado e de instituições, assim como de fluxos econômicos. As dimensões (tamanhos) não somente das escalas, mas dos atores que conseguem se posicionar e recorrer a estas escalaridades não deveriam resultar intradescendentes no momento de compreender as relações sobre as quais essas hierarquias geográficas são formadas.

Por exemplo, é evidente que um complexo supranacional – como poderia ser a UE – apesar de as novas representações e práticas escalares incluírem importantes formas de cooperação interlocal e transfronteiriço (Jessop, 2004)<sup>2</sup> e uma regionalização das políticas e estratégias<sup>3</sup>, o fato é que elas se realizam sob o desenvolvimento de novas formas verticais e hierarquizadas de organização e interrelacionamento escalar. Neste último sentido, as formas “acima-abaixo” de funcionamento institucional (como o que compõe a Constituição da UE, por meio das regras de Maastricht que impõem aos Estados nacionais) convivem assim mesmo com os outras vinculadas a processos nos quais – como veremos melhor logo mais – redes econômicas supranacionais, comandadas por macroatores transnacionais costumam usar os tamanhos para reforçar as formas de integração hierárquicas e subordinadoras sobre atores escalarmente posicionados no plano local ou regional (Hudson, 1998).

Em suma, se observarmos representações metafóricas das escalas de maneira complementar, podemos sustentar que a constituição e redefinição constante delas a partir da imbricação de relações sociais, institucionais e econômicos de ordem intra e transescalares, leva tanto a uma consolidação – sobre a base de novas instabilidades em configurações – configurando uma constante redefinição, mas nunca a uma supressão de formas hierárquicas, fazendo com que os tamanhos das escalas e dos atores que se movem nelas tenham um

<sup>2</sup> Misión Operacional Transfronteriza <http://www.espaces-transfrontaliers.eu/>

<sup>3</sup> [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/index\\_es.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/index_es.htm)

papel central tanto na produção dessas hierarquias, como na reprodução das diferentes formas de subordinação econômica e espacial.

## 4. Retornando à visão representacional das escalas

### 4.1. O regionalismo dominante à luz das “política de escalas” (poder, estratégias e conflitos)

Estas últimas reflexões decorrentes da leitura condicional das metáforas das escalas fixam uma base adequada para voltar a nossa perspectiva representacional, relacionar essa última ao debate anglo-saxão sobre a “política de escalas” e o papel dos interesses e estratégias de poder que acompanham a formação das escalas. E como consequência disso, é possível detectar as cumplicidades da perspectiva espacial/escalar de regionalismo dominante com as estratégias de poder – e lógicas de interesse – impulsionadas por atores com posições hegemônicas no capitalismo global.

Como foi dito, as escalas como representações significam “mapas mentais” ou “esquemas de interpretação compartilhados” que resultam de certas estratégias (ações e políticas) historicamente situadas em um cenário contraditório, no qual certos atores conseguem ter controle sobre os conteúdos simbólicos e materiais, localizados em determinadas delimitações espaciais. Ao mesmo tempo, essas últimas e suas relações estão sujeitas a variações, que dependem das mudanças nas estratégias e relações de poder dos atores que as formulam. Essa forma representacional de conceber as escalas dialoga adequadamente com as noções de “políticas” (Smith, 1993), políticas-econômicas (Peck, 2010b) e “narrativa” das escalas (Swyngedouw, 1997); (González, 2005), no sentido de que as representações são atravessadas por práticas e estratégias (políticas de escala) como relatos (narrativas). Eles são destinados tanto para configurar hierarquicamente quanto alterar representações vigentes por meio de determinados projetos institucionais e campos de ação onde se localizam os núcleos dos recursos simbólicos e materiais. Políticas e narrativas traduzem sempre os processos hierárquicos com estabilidades temporalmente limitadas, em estruturas nas quais os atores econômicos e institucionais tentam apontar – com suporte acadêmico e institucional – suas estratégias, estabelecer relações e finalmente moldar as lutas que

viabilizam sua reprodução e fortalecem suas posições de poder. (Swyngedouw, 1997); (Brenner, 2003).

Localizado historicamente, a representação (imaginários ou mapas instalados) e as políticas e narrativas foram redefinidas no contexto da crise do padrão fordista consolidado no pós-guerra e sua transformação a partir dos anos 1970 (Harvey, 1990). Essa transformação implicou profundas alterações nos padrões de acumulação e regulação das novas formas de existência do capital, trabalho e organizações (Peck, 2001); (Peck; Tickell, 1994).

Do ponto de vista espacial, as “políticas de escalas” destinadas a transformar as representações escalares fordistas significaram uma reformulação da organização e interação escalar, por intermédio de diferentes “saltos de escala” (*jumping scales*) (Smith, 1993) para acima (formação de órgãos e processos supranacionais) e para baixo (descentralização e favorecimento do protagonismo de instituições e atores locais) (Swyngedouw, 1997); (Brenner, 1999). Embora nesses “saltos” participem representações e práticas escalares fordistas de atores subalternos que procuram subir na trama escalar para melhorar o controle ou expressar formas alternativas de resistência (Gonzalez, 2005), o reescalonamento significou uma tentativa generalizada de enfraquecer as representações/narrativas e estratégias fundamentadas nos espaços centrais ocupados pelos Estados-nação (Peck; Tickell, 1994). Portanto, a representação escalar pós-fordista hierarquizou um padrão bipolar, baseado tanto na dimensão regional-local como a supranacional, colocando esses terrenos escalares como os âmbitos nos quais se dão as lutas e respostas às estratégias geradas, em grande parte, de forma externa a elas (Brenner, 2001), por meio de redes/fluxos que as atravessam e as redefinem, às vezes consolidando e outras vezes criando novos processos que criam desigualdades tanto entre quanto dentro delas.

Mas o que são os fundamentos/interesses que se movem por detrás dessas estratégias e as representações escalares que as sustentam?

A resposta para esta pergunta pede a consideração conjunta sobre qual é a estrutura contextual delas, quem são os principais promotores e interessados, e por que razões/interesses a representação escalar se desenvolve sob essa lógica bipolarizante assinalada (que desloca o Estado-nação). Ou seja, é necessário mostrar com precisão, pelo menos resumidamente, o fio condutor que articula

essas estratégias – entendidas como estratégias de poder – com os atores emergentes e os interesses perseguidos por esses últimos.

A compreensão aproximada desses aspectos não só abre as portas para analisar a funcionalidade dessa modalidade bipolar de representação escalar (apresentada como uma realidade esvaziada de conflitos), mas também com relação aos nossos objetivos, a compreensão da forma em que o “mapa escalar” do regionalismo dominante opera funcionalmente a esses interesses e, mais estratégias para além de suas finalidades.

Vale destacar que, inicialmente, o que difusamente foi chamado de globalização (Olds et al., 1999) representa um novo padrão de reprodução montado na crise do modo de reprodução fordista e revolução tecnológica (principalmente a partir das tecnologias da informação), que conseguiu operar – como nunca antes no capitalismo – em tempo real e em escala por meio de redes fluxos e processos (Castells, 1996).

Do ponto de vista econômico, a maioria dessas redes se constitui a partir do posicionamento dominante de uma fração privilegiada da capital global, as empresas globais, que representam firmas com o poder de coordenar e controlar as operações em um grande número de países, mas cujas operações geograficamente dispersas estão funcionalmente integradas, e não são apenas um portfólio diversificado de atividades (Dicken, 2011).

Ao operar dessa forma permitiu-se que os processos de reprodução e realização funcionem sob a forma de cadeias globais de produção e valorização, que enlaçam um complexo de atores e espaços multiescalares, assim como de atividades que compreendem o projeto, a produção e o marketing, assumindo as primeiras e as últimas funções os papéis estratégicos na *governance* de tais redes/encadeamentos (Gereffi et al., 2005); (Kaplinsky, 2000); (Messner, 2002).

A posição dominante que geralmente ocupam as corporações globais nessas cadeias ocorre porque esses são os únicos atores – frações do capital – que durante o processo globalizador pós-fordista puderam externar sua lógica reprodutiva em relação aos condicionantes de intervenção keynesianos colocados nas bases nacionais, dominantes sob o fordismo (Fernández, 2001); (Peck, 2001); (Ross; Trachte, 1993). Por meio dessa lógica externada conseguiram, desde o qualitativo, a capacidade de agir multilocalizada e variavel-

mente, operando como organizadores/montadores de várias redes locais e regionais. Este aspecto qualitativo tem sido associado a uma dimensão quantitativa: o escopo/tamanho (transglobal), tanto de si mesmos quanto das redes, que em conjunto viabiliza o controle por parte de tais corporações, das funções estratégicas das cadeias de valor (design e marketing), nas quais, tal como proposto, se concentram as atividades da mais alta valorização.

É claro que os efeitos disso não são inócuos, mas carregam a possibilidade de monopolizar seletivamente as receitas extraordinárias associadas a esses encadeamentos globais (Dabat et al., 2007), enquanto reforçam as formas de subordinação e controle – anteriormente examinadas por Dicken (1976) – sobre o maioritariamente complexo de atores econômicos, a força de trabalho e as instituições que permanecem confinadas nos planos regional e local – ainda participando das redes globais.

Sobre esse cenário e dinâmica se explica a funcionalidade com a lógica do capital global que adquire a representação escalar bipolar e os saltos de escala, para cima e para baixo, a que nos referimos, que atores acadêmicos e institucionais veem como necessários e inevitáveis.

Essa lógica implica uma forte e debilitadora pressão no espaço nacional e nos atores nacionais, principalmente no Estado, por criar instâncias e atores por meio dos quais, durante o fordismo, se constituíram os elementos fundamentais de amparo e redistribuição, que operam não só a favor da força de trabalho (Peck, 2001), mas também das frações não concentradas do capital e dos territórios periféricos.

Com relação ao escalonamento para cima (*upscaling*), a consolidação de instâncias do governo macrorregional e instituições de regulação globais ou de financiamento aportam, em todos os casos, um apoio à conformação de poderes restritivos das formas de intervenção socialmente redistributivas e produtivamente protetivas. Elas foram usadas desde o pós-guerra – com diferentes consistências – tanto por Estados de países centrais quanto periféricos, embora essas formas de intervenção tenham viabilizado um crescimento com distribuição social que o período neoliberal não conseguiu alcançar. (Navarro, 2004) .

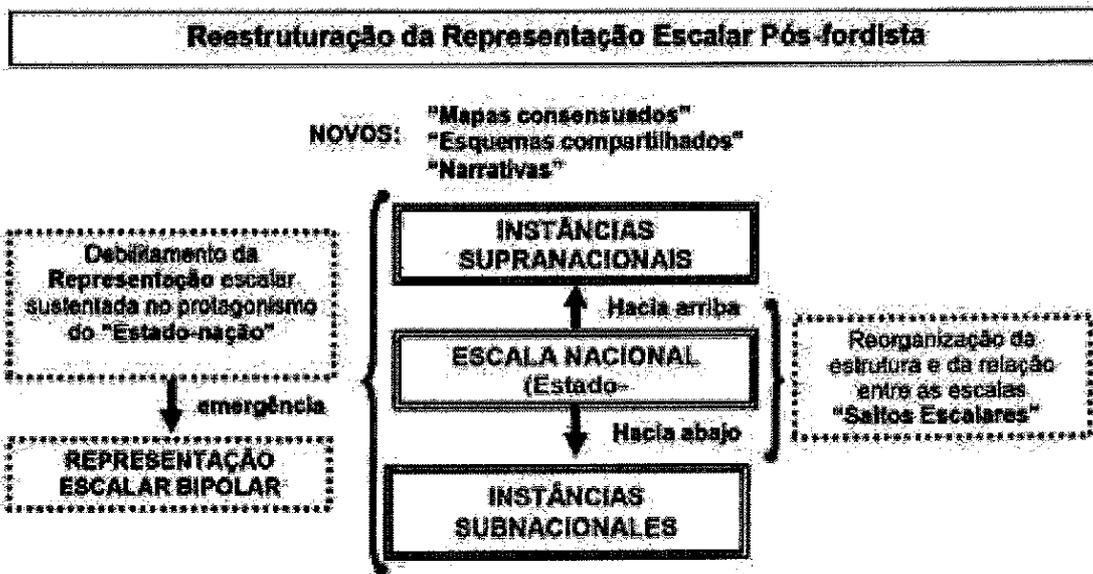
Enquanto isso, a promoção de formas descentralizadas e o protagonismo local que integram os reescalamentos para baixo,

contém um fundamento/interesse, tanto social como produtivo associado à geração de formas de reprodução sócio-espacialmente fragmentares.

Em relação aos serviços sociais, essa forma de reprodução permite que o desmantelamento das condições centralizadas e universais de organização e fornecimento de bens, próprias do “capitalismo organizado” fordista que ameaçam o capital global com uma distribuição sob formas universais, destinadas a favorecer os atores e regiões desfavorecidas por intermédio dos mecanismos de mercado. Para viabilizar isso, essas formas descentralizadas e localistas acabam promovendo um padrão fragmentado de autoprovisão local do *welfare*, com base em formas de assistência e qualificação social territorialmente autogestivas, que descomprimem a capacidade de pressão e condicionamentos – fiscais, sociais, institucionais – sobre as frações globalizadas do capital.

No que se refere à dimensão produtiva, potencializam-se as variáveis locais, mas também formas produtivas locais desiguais, adaptáveis às novas exigências de redes globais controladas por frações hegemônicas de capital global (múltiplos *workfare states* locais). Tais “formas variáveis” fornecem diferentes alternativas territoriais (de infraestrutura, tecnologia, condições ambientais, custo e qualidade da força de trabalho etc.), enquanto se dilui a ameaça de um padrão de políticas centralizadas que obrigue o capital global a orientar os fluxos de inversões e inovação assim como o destino dos excedentes.

Resumidamente, o processo de reescalonamento incentiva uma função dinâmica fundada em instâncias supranacionais nutridas de um poder sem responsabilidades e de instâncias subnacionais fundadas em uma responsabilidade com restrições de poder (Peck; Tickell, 1994). Ambos os aspectos cooperaram em desativar a capacidade de intervenção centralizada (do Estado-nação) e promover estratégias territorialmente fragmentares e *darwinianas*, que impedem uma extensão da ação coletiva além do intralocal, ao mesmo tempo que asseguram os ambientes produtivos variáveis e adaptáveis que as redes controladas por esse capital global mesclam e controlam.



#### 4.2. Regionalismo dominante segundo os interesses das “representações” e das “políticas das escalas”: funcionalidades com o capital global

A partir do que foi argumentado as representações escalares não são inócuas, mas representam práticas, instituições e estratégias vinculadas a determinados atores com interesses contraditórios no processo de reestruturação econômico e espacial do capitalismo.

Argumentamos que os atores – e seus interesses – e o posicionamento e as estratégias deles envolvem essas representações de ordem bipolar no processo de reescalonamento da escala global. Nesse contexto, como advertimos, podemos inserir a lógica escalar que impulsiona a perspectiva do *Regionalismo Dominante* (RD) e sua apelação às aglomerações locais como base motora do desenvolvimento territorial.

Tal inserção de RD se mostra funcional a esses interesses, devido a sua leitura do funcionamento escalar, como foi mencionado, oculta o poder que se desenvolve nesses atores e estratégias com interesses contraditórios. A silenciosa eliminação desses aspectos na narrativa escalar do regionalismo se vale de forma retroalimentar da também analisada supressão da significação dos tamanhos e as hierárquicas ao momento de relacionar o espaço com as dinâmicas sócioeconômicas institucionais. Ele origina um mapa operativo plano, na qual a qualidade organizativa (essencialmente

horizontal) do local, permite harmonizar-se adequadamente com as dinâmicas globais.

Nesse mapa pouco realista, as grandes unidades transnacionais que comandam as redes globais aparecem ou bem descentradas ou bem convenientemente acopladas perante processos locais com capacidade de definir o futuro globalizador a partir da fortaleza das redes intraterritoriais. Trata-se de uma escalaridade compartimentada, na qual as fronteiras do local podem operar preventiva e imunologicamente para condicionar a maneira em que os atores globais se acoplam aos territórios. Nessa escalaridade vinculada, mas bipolar, compartilhada e não hierárquica, a importância do tamanho desses atores se dilui perante a significação da organização coletiva territorial.

No entanto, uma vez que o poder é reinstalado junto às dinâmicas assimétricas e interessadas, na qual penetram os tamanhos e as hierarquias, o mapa escalar do RD se acopla funcionalmente às representações e políticas escalares que favorecem a reprodução desigual do capital global. Mais precisamente, a versão plana e localmente autorresolutiva do RD nutre a dinâmica social e produtivamente fragmentadora reforçada pelos reescalamentos para baixo, sob o analisado esquema bipolar. Ou seja, o RD opera não alternativa, mas funcionalmente na construção dos padrões territorialmente fragmentares e competitivos de autorresolução do bem-estar e competitividade, permitindo dismantelar as formas centralizadas de redistribuição sócioespacial, assim como a ampliação da oferta produtiva local que procura (sob competência interterritorial *darwiniana*) ingressar de forma subordinada nas redes globais que controlam o capital transnacional.

## 5. Da funcionalidade à alternativa: repensando a representação escalar do regionalismo a partir da recuperação da escalaridade nacional

Foi proposta uma avaliação que busca compreender a dinâmica regional dentro de um cenário transescalar, cuja organização institucional e complexo de práticas encontra cobertura em uma representação (imaginário) dominante, instalada por atores com interesses diferentes e lógicas conflitantes. Foi sustentado também que

a compreensão desses interesses e lógicas exige introduzir o papel dos tamanhos e as hierarquias que integram as relações sócioeconômicas/espaciais e formam interpenetrada e relacionalmente as escalas. Ele viabiliza a análise das formas subordinadas – e excludentes – que pesam ou podem pesar sobre a maior parte dos atores regionais e locais a partir dos processos de reestruturação em constante mudança, que governam as frações globalizadas do capital, tanto por meio de suas políticas escalares quanto das representações que ocultam essas desigualdades e forjam os consensos. Por intermédio dessas políticas, tais frações se posicionam nas redes – crescentemente globais – em cuja natureza não impera a horizontalidade nos acoplamentos dos atores econômicos e institucionais que integram maioritariamente as regiões, mas uma incorporação desigual e excludente que pode mais se ampliar do que se reverter (Hudson; Hadjimichalis, 2006).

Enquanto que, precisamente, a reversão dessa desigualdade e exclusão opera como um condicionante de dinâmicas regionais mais integrais e equitativas, está claro que ele só pode ser enfrentado no contexto de uma contra-representação escalar. Isso significa um projeto institucional e de práticas, que parta do princípio de admitir o peso dessas hierarquias e tamanhos na constituição e leve a uma representação escalar com lógicas funcionais e alternativas, baseadas no fortalecimento operativo das regiões e os atores subalternos ou excluídos.

Foi argumentado que isso é inviável no amplo enfoque do RD. Seu esvaziamento do poder e seus limites na consideração das lógicas que geram as desigualdades inter e intrarregionais transitam paralelos à sua simplificação escalar bipolar, a qual embora não negue explicitamente a presença de outras escalaridades como a nacional, as torna irrelevantes tanto na teoria quanto na. O resultado recém-indicado é sua funcionalidade com as formas fragmentares de reprodução sócioespacial que incentivam as representações e políticas escalares dominadas pelas frações globais do capital.

No entanto, essa degradada escalaridade nacional e seus atores econômico-institucionais constituem um insumo fundamental para formar um “mapa” mais completo, que ajude a compreender a dinâmica multi e transescalar que foi sustentada e partir dele, poder obter um diagnóstico realista e uma estratégia viável para as regiões e localidades.

Nesse sentido, uma importante quantidade de trabalhos mostrou como os processos de redefinição econômicos e espaciais ligados à globalização ocorreram com base em uma persistente e estratégica – ainda que alterada – presença dessa escala nacional e as formas variáveis de implicação de seus estados – nacionais – (Mann, 1997); (Weiss, 1998); (Jessop, 2004).

No entanto, o reconhecimento dessa persistência estratégica não leva a considerar – como fez boa parte dessa última bibliografia – a escala nacional e seus atores como realidades estáticas e isoláveis, o que guarda semelhança com a lógica dos fechamentos utilizada pelo RD ao considerar as regiões e localidades. Pelo contrário, a escalaridade nacional emerge, da mesma forma que as outras escalas, como uma instância constantemente redefinida como resultado das representações, instituições e práticas escalares que se interpenetram e se redefinem na estrutura de sua produção relacional (Mansfield, 2005).

Como participante de uma morfologia espacialmente redefinida e interpenetrada, a narrativa dessa escalaridade nacional e seus atores fundamentais, como o Estado, aparece também vinculada a um discurso que assegura a existência e a necessidade de transformá-lo funcionalmente. Tal transformação seria possível por meio de um desligamento das formas de legitimação e redistribuição que dominaram o período do pós-guerra e da emergência de um padrão de *workfare*, que exigem sua implicação direta para o apoio schumpeteriano da inovação e da competitividade do capital (Jessop, 2004).

No entanto, apesar do posicionamento em escalas nacionais nos permitir identificar essas transformações, é certo que a mesma escala, sua institucionalidade, suas instituições e organizações, tornam possível tamisar a generalização dessa transformação e reconhecer as especificidades nacionais que apresentam a reestruturação espacial e organizacional do capitalismo, como veremos a seguir.

Portanto, reformulada tanto em sua existência como em sua morfologia, e constantemente redefinida desde as relações sociais transescalares, a escala – e sua estatalidade – emerge como uma instância estratégica e, ao mesmo tempo, especificadora no momento de enfrentar combinadamente tanto os *diagnósticos* quanto as *estratégias de desenvolvimento* de regiões e localidades

### 5.1. “Escalas Nacionais”: diagnósticos adequados do contexto regional

O reconhecimento das especificidades nacionais que acabamos de ressaltar e sua relevância para os diagnósticos (regionais) encontra a contribuição da abordagem das “variedades de capitalismo”, que necessita, no entanto, superar um conjunto de limitações originadas da: a) desconsideração da perspectiva multi/transescalar; b) negligência daqueles aspectos que dão especificidade e explicam os resultados divergentes das trajetórias nacionais dos espaços periféricos.

#### a. Diagnósticos desde a escalaridade nacional, através das variedades de capitalismo

A consideração das especificidades nacionais refere à atenção dos particulares “dependências de trajetória” e variedades (capitalistas)/arranjos nacionais que têm os atores sociais historicamente ocupados e caminhos econômicos e institucionais em que as dinâmicas são redefinidos multi/transescalares e inserção de regiões e localidades nelas.

Buscando uma importante tradição de estudos comparados de ciência política<sup>4</sup> e economia política, que destacaram a importância dos legados institucionais e as especificidades emergentes dos arranjos nacionais e seus *path dependences*, um conjunto de contribuições importantes e recentes permitiu finalmente apresentar uma estimulante agenda de pesquisa ligada às *variedades de capitalismo* (VoC) e sistemas sociais de produção (SSP). No primeiro caso, as contribuições como as de Hall e Soskice (2001) enfatizado voltaram-se à escala/base nacional para investigar diferenças dos países de centrais – e convergências – que existem entre as trajetórias nacionais com essas formas de organização orientadas pelo mercado e as outras coordenadas pelas instituições. Este foi complementado por contribuições relativas aos sistemas sociais de produção (SSP) (Hollingsworth, 1998); (Hollingsworth, Boyer, 1997), e os Sistemas de Produção e Inovação Social (SSPI) (Amable, 1997; 2000).

Todas essas perspectivas, além de seus méritos, convergem para notar que as características dessas “arranjos nacionais” operam

---

<sup>4</sup> Katzenstein, P. (1985): *Small States in World Markets. Industrial Policy in Europe*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1985, 268 pp. Gourevitch, P. (1986): *Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises*. Ithaca, NY and London.

como “padrões genéticos” que condicionam e dão particularidade aos “caminhos de saída” de crises e transformações estruturais operadas por processos de globalização (Hollingsworth; Boyer, 1997). Isso surge como resultado de que “as instituições estão incorporadas em uma cultura na qual suas lógicas são simbolicamente baseadas, organizacionalmente estruturadas, técnica e materialmente limitadas e politicamente defendidas. A configuração institucional exhibe normalmente algum grau de adaptabilidade a novos desafios, mas continua a se desenvolver dentro de um estilo existente” (Hollingsworth, 1998: 485).

O reconhecimento das VoC exigem então a identificação a partir da escala nacional, das configurações específicas de certos elementos forjados a partir de certa *path dependence*, o que permite observar as diferenças – e convergências –, assim como as *performances* particulares, vinculadas tanto no plano de competitividade como da cobertura e integração/cobertura social.

Ora, quais são os elementos a partir dos quais é possível avançar em uma estratégia comparada a partir a escala nacional com base nas abordagens de variedades do capitalismo e desenvolvimentos em torno dos SSP e dos SSPI?:

**O sistema de relações industriais:** compreende as formas (coletivas ou individuais, centralizadas ou descentralizadas) de determinação dos salários (contrato), e as formas de participação da força de trabalho nos processos produtivos.

**O sistema de formação dos trabalhadores e administradores:** trata-se de avaliar a existência de sistemas formais de educação e formação de participação da força de trabalho dos sindicatos e das organizações empresariais.

**As relações entre empresas:** aqui são analisados os processos pelos quais se estabelecem as relações estruturadas entre as empresas do mesmo setor, bem como aquelas que conectam as empresas com fornecedores e clientes, ou seja, a maneira como se formam os emaranhados produtivos a partir do tipo de relações interempresariais.

**O mercado financeiro de uma sociedade:** incluindo se a forma de organização do sistema está baseada essencialmente no capital de riscos e os instrumentos próprios do mercado de capitais, ou a partir de um epicentro no sistema bancário e acordos estáveis de shareholders.

**A estrutura do Estado e das suas políticas:** observando o nível de intervenção do Estado em relação ao conjunto dos sectores económicos.



De forma complementar, segundo o contexto e a trajetória nacional são moldados determinados elementos que atestam a especificidade do SSP e SSPI, e estão relacionados com os padrões culturais e axiológicos: a concepção de igualdade e justiça baseadas no capital e no trabalho; os costumes e tradições baseados na sociedade, assim com normas, princípios morais, regras e leis que guiam a ação institucional.

Ora, analisemos como se formam os modelos, quais são identificados e porque têm os mesmos efeitos sobre as *performances*.

**Como se formam os modelos?** Com base nos elementos identificadores das VoC identificados ocorre o que os seus analistas chamam de “complementaridade institucional” (Soskice, 1991; 1999). Isso implica que a presença de certo padrão organizacional em um destes elementos requer compatibilidade/complementaridade com os combinações outro, restringindo as combinações e, por tanto, os tipos de modelos de variedades emergentes. Por exemplo, um sistema descentralizado de organização da força do trabalho e da determinação dos salários não é compatível com um esquema financeiro de base bancária voltado para relações de longo prazo entre o sistema financeiro e o produtivo (Amable, 2000).

**Quais são esses modelos?** A combinação por complementa-

ridade resultou, no caso dos analistas das VoC, em dois modelos: um baseado nas *liberal market economies* (LME), incluindo na abordagem empírica as experiências anglo-saxônicas dos Estados Unidos e Reino Unido, e outro baseado no *coordinated market economies* (CMEs), alcançando as experiências da Alemanha e do Japão (Hall; Soskice, 2003). Enquanto isso, o repertório de modelos relacionados com o SSP, e particularmente com os o SSPI, compreende um campo mais amplo de modelos. No caso dos SSPI considerado por Amable e seus colegas, as variantes contemplam um complexo tipológico, de pelo menos quatro modelos SSPI: *um baseado no mercado, o social-democrata, o público e o mesocorporativo* (Amable, 2000).

**Como estão ligados aos desempenhos?** As análises dos SSP amostram que os diferentes modelos são capazes de manter níveis elevados de desempenho econômico, porém diferentes resultados distributivos no mercado interno. Por exemplo, enquanto as LMEs são capazes de apresentar elevados níveis de emprego com padrões elevados de desigualdade, as CMEs tendem a ter uma configuração oposta. Nesse cenário, intervém o fato de que os fatores culturais e axiológicos (e seu complexo normativo institucional) tendem a priorizar no primeiro caso a iniciativa individual ainda com resultados desiguais e os segundos, níveis básicos de integração social. Do ponto de vista do dinamismo inovador as LMEs são capazes de operar em melhor medida com inovações radicais, enquanto os CMEs o fazem com inovações incrementadas, o que tem um impacto na forma com que as empresas e os Estados procuram se articular no mercado internacional.

#### **b. O desafio da (trans) escalaridade na recuperação dos “variedades de capitalismo”: um primeiro limite estrutural**

Ora, um diagnóstico adequado demanda que todos esses elementos especificadores que operam em escala nacional dando maior precisão a esses “modelos nacionais” não seja realizado dentro de uma perspectiva estática e mono-escalar, como a maioria das abordagens para as VoC (Peck; Theodore, 2007), e sim a partir de um enfoque multiescalar e dinâmico (Hollingsworth, 1998), que acomoda duas regiões de suas possibilidades e impactos como na incidência que essas últimas podem ocorrer a partir de transformações globais sobre a reconfiguração dos SSP.

Este último inclui, portanto, uma “via dupla”: I) para a primeira,

é impossível não diferenciar os posicionamentos que podem ter cenários regionais em âmbitos/escalas nacionais tão variáveis, como a Alemanha, China ou Argentina. Esses últimos mostraram representações e narrativas escalares (regionais e nacionais) com trajetórias institucionais cuja especificidades condicionam o posicionamento e a resposta dos territórios e suas organizações econômicas e institucionais; II) por “outra via”, a relações variáveis entre as dinâmicas regionais – seus atores e instituições – com outras instâncias regionais (relações horizontais), bem como as redes econômicas globais – assimétricas – (relações verticais), estabelecer um cenário constante de condicionamentos, desafios e, eventualmente, mudanças para as organizações e agentes econômicos e institucionais de base nacional.

**c. Os elementos de variedades de capitalismo na especificidade periférica: a superação de um segundo limite estrutural**

Junto com a avaliação transescalar, a análise das trajetórias nacionais por meio das VoC requer, por sua vez, incorporar a consideração de outros aspectos para compreender as potencialidades e as fragilidades que escalaridade (nacional) tem em cenários como os periférico perante a expansão e transformação do cenário global.

Na verdade, quando diagnosticada a SSP ou SSPI, sua consideração no contexto das relações centro-periferia procuram atender aspectos que incluam as especificidades diferenciadoras pelas quais um reduzido grupo de espaços/trajetórias nacionais pôde excepcionalmente alterar a estrutura centro-periferia considerada irremovível, sobre a qual se estrutura o sistema mundo capitalista (Arrighi, 1999) é estruturado (Arrighi; Drangel, 1986).

Uma avaliação comparativa com o cenário latino-americano desses casos excepcionais, centrados na experiência do Leste Asiático (LA), e mais especificamente nos casos de *Japão, Coréia e Taiwan*, permite identificar um grupo de elementos comparativos imprescindíveis para poder avaliar não apenas as especificidades diferenciadoras, senão também as *performances* dos países periféricos, operando como aspectos complementares que foram negligenciados no olhar institucional das “variedades de capitalismo”. Esses elementos e aspectos negligenciados compreendem:

**I. As qualidades e a forma de intervenção, realizando a:**

- Avaliação não só da maior ou menor intervenção em relação ao mercado, mas também das qualidades das estruturas burocráticas e a profundidade das vinculações com a matriz de atores capitalistas que possuem Estados desafiados a desenvolver estratégias de industrialização tardia em contextos de fortes pressões globais para o desmantelamento das proteções.

**II. A estrutura e dinâmica do capital produtivo, considerando:**

- Em relação à estrutura, quem controla a estrutura de capital, avaliando o nível de concentração e descentralização, bem como a endogeneidade ou transnacionalidade dos mesmos.
- Em relação à dinâmica, como se orientam – e com que compatibilidade – os agentes económicos na relação mercado interno e externo

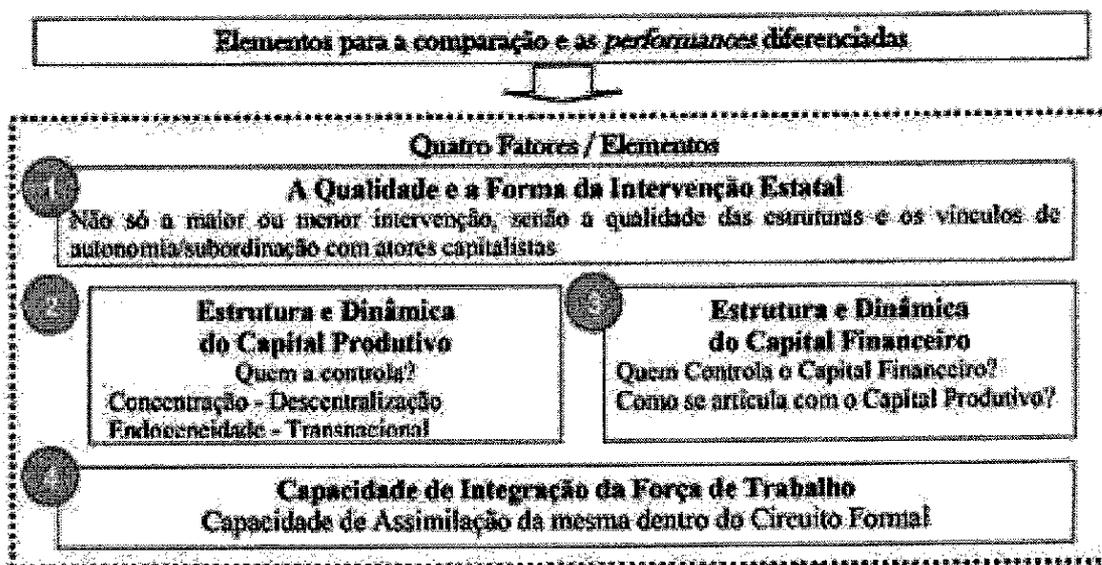
**III. A estrutura e dinâmica do capital financeiro, avaliando:**

- No que diz respeito à estrutura, não só o domínio das formas bancárias ou da bolsa de valores, senão, mais uma vez, quem controla, em termos de origem e tamanho dos atores – o sistema financeiro.
- Do ponto de vista da dinâmica, como se orientou sua articulação com o sistema produtivo.

**IV. A capacidade de integração da força de trabalho, a partir de ponderar:**

- Não apenas a forma de negociação com o capital e seu envolvimento com as unidades empresariais, mas também a capacidade de assimilação nos circuitos formais da economia.

### As Variedades de Capitalismo, a escala nacional e as especificidades da periferia



#### I. Qualidades e formas de intervenção do Estado

A costura desses quatro aspectos indicados tem como ponto de partida a fortaleza ou debilidade do Estado para conduzir os processos de acumulação a partir de qualidades institucionais (capacidades internas) e sua capacidade de enraizamento com os atores sociais (capacidade de inserção externa e manobrabilidade social).

Isso exige transcender o conhecimento do maior ou menor grau de intervenção estatal institucional na compreensão do SSP, considerando portanto as qualidades/capacidades internas e externas a que nos referimos. A avaliação desses aspectos permite observar inicialmente os grandes contrastes entre o LA (Leste Asiático) e América Latina (AL), que têm impacto em suas *performances*.

No LA, além das diferenças na formação estatal e o desenvolvimento de suas burocracias (Cheng et al., 1999), existem poucas dissidências em torno das ampla capacidade de obter altas qualidades burocráticas e institucionais no plano estatal, pelo menos nas áreas de manobras nas quais se desenvolveram as estratégias com o núcleo de acumulação endógeno (Evans, 1995). Essas qualidades, que se originam na herança da linhagem colonial-burocrática japonesa (Kolhi, 2004), garantiram em primeiro lugar uma autonomia que evitou os ataques facciosos do Estado pelos atores sociais e concedeu força técnica para as estratégias de condicionamento sobre esses últimos. Além disso, a partir daí, foi garantida

uma plataforma para a elaboração de processos interativos e de sinergia (encastramento) com agentes económicos e sociais centrais que moldaram o núcleo endógeno (Evans, 1995; 1999).

Por outro lado, na AL e em um cenário de realidades nacionais heterogêneas, o Estado, situado como um ator altamente envolvido em processos de estruturação como resolução de conflitos (O'Donnell, 1972), a ponto de formar um padrão reprodutivo baseado em uma matriz centralizada no Estado (Cavarozzi, 2000) não conseguiu no entanto formar uma estrutura burocrática institucional qualificada necessária para alcançar a autonomia que antecede a ação disciplinadora sobre os atores manifestada no LA (Evans, 1994). Enquanto tal ação foi prejudicada pelo peso de atores económicos, altamente concentrados e de perfil rentista e mercado internista (Chibber, 2005), aquela qualidade institucional foi bastardeada pelas opções/estratégias de curto prazo, partidárias e clientelistas adotadas pela elite política à custa do declínio da utilização – a médio e longo prazos – de recursos para moldar estruturas de alta qualidade organizacional (Geddes, 1994); (Fernández et al., 2006). Ainda quando o propósito de boa parte da fase de industrialização substitutiva de importações (ISI) foi dar um papel ativo no desenvolvimento, o Estado foi desabilitado a reorientar os comportamentos rentistas dos atores económicos tanto internos quanto externos, aspecto que podemos ver contrastadamente ao considerar os dois elementos seguintes.

## **II. A estrutura e dinâmica do capital produtivo**

Através da observação comparada entre a AL e o LA, pode-se demonstrar de forma eficaz as diferenças nas qualidades internas e externas de existência da estatidade, que tiveram uma clara relação com os perfis assumidos pelos processos de acumulação em ambos esses diversos cenários.

Do ponto de vista da estrutura, considerando-se o padrão concentrado ou descentralizado, assim como o endógeno ou transnacional que domina a acumulação, vemos que, muito excepcionalmente – e apenas no LA – os processos de acumulação ocorreram de forma descentralizada, como no caso de Taiwan. Em todos os outros casos, os *developing countries* nessas regiões mostraram tendências a basear-se em um padrão de acumulação altamente concentrado, fundado base no protagonismo de grandes atores. No entanto, as confluências chegam só até aí.

O modelo desenvolvimentista exibido pela experiência do LA utilizou uma estratégia/política destinada a consolidar um núcleo de acumulação endógena. Esteve fundado tanto em uma estrutura concentrada de atores (como a Coreia) ou redes extensas de pequenos atores (incluindo Taiwan), bem como em uma seleção de setores estratégicos nos quais a entrada de capital estrangeiro foi tão restrita quanto condicional (Wade, 1990); (Amsden, 1989); (Akyüz et al., 1999). Este condicionamento consistiu em exigências para estender os vínculos produtivos com os atores locais e a transferência de conhecimentos a este último, em busca de uma força de trabalho capacitada, baixos salários e “desativação sindical”. Para os atores internos selecionados para formar o núcleo endógeno, o condicionamento consistiu no desenvolvimento desses conhecimentos e inovações destinados a qualificar a inserção nos mercados externos e a substituição de atividades importadas, em troca de benefícios fundados em auxílios diretos e indiretos de ordem financeira e fiscal, bem como de assistência científica e tecnológica (Wade, 1990); (Amsden, 2001); (Noland; Pack, 2005).

Em contraste, na AL o processo de substituição de importações aprofundado no pós-guerra não foi capaz de ganhar continuidade por meio da consolidação de um núcleo de acumulação endógena, capaz de cobrir as atividades críticas de uma substituição, enquanto eram quase inexistentes condicionamentos do Estado aos quais nos referimos no LA. A pauta de intervenção do Estado, influenciada pelo fraco padrão de construção institucional/estatal foi complacente com uma estratégia dominada por uma “assistência sem condicionamentos” de orientação quase exclusivamente para o mercado interno (Chibber, 2005), guiada pelas frações concentradas tanto do capital interno quanto transnacional. Como veremos, isso afetou a dinâmica estrutural do sistema, ao desestimular a eficiência e processos complexos de inovação.

As reformas institucionais seguintes à crise da ISI, introduzidas a partir das estratégias de privatização e desregulamentação impulsionadas pelas reformas neoliberais dos anos 1990, aprofundaram a transnacionalização da estrutura de capital previamente muito concentrada (agropecuária e industrial) (Cepal, 2005), ao mesmo tempo que ocorria a complexificação de processos produtivos.

Esse diferencial nas capacidades para instalar um núcleo de



acumulação endógeno, ao mesmo tempo dinâmico e inovador, e em grande medida ligado à capacidade desigual do Estado, teve claro impacto na dinâmica do capital produtivo. No caso do LA, os condicionamentos mencionados associados à obtenção de determinadas *performances* se expressaram na necessidade de obter uma inserção crescente e bem sucedida nos mercados globais. O fortalecimento de um núcleo endógeno desses recursos teve como complemento natural a progressiva inserção tanto no campo manufatureiro (e o distanciamento da doença holandesa associada ao domínio dos recursos naturais) assim como nos segmentos dinâmicos do mercado mundial – ligados à tecnologia de ponta. Em tal sentido, o fortalecimento das redes produtivas internas e a inserção nas redes econômicas globais formaram parte de um processo (Akyüz et al., 1999).

Por outro lado, na AL, além das heterogeneidades nacionais, o abortado processo substitutivo apresentou, como o Estado como uma de suas principais falhas uma crescente ineficiência e falta de estímulos para o avanço nos processos de aprendizagem e inovação globalmente competitivos. Isso alimentou sua natureza indiscriminada e incondicional, sua falta de orientação (e capacidade competitiva) externa aos processos de produção e posicionamento centrado quase que exclusivamente em *commodities* (recursos naturais) com baixo conteúdo de conhecimento (Fajnzylber, 1983); (Cimoli, Rovira, 2008).

Mais uma vez, a introdução de reformas neoliberais e processos de desregulamentação e privatização não produziram uma reversão disso, mas mesmo assim as respostas diferenciadas – crescente peso das manufaturas (México) e continuidade no domínio exportador dos recursos naturais (o Brasil, Argentina) – , em todos os casos o nível de integração com redes locais e sua inserção em segmentos dinâmicos de mercados globais manteve-se muito fraca (Godinez Enciso, 2007) além de ser um ponto de diferenciação claro com as experiências nacionais do LA.

### **III. A estrutura e dinâmica do capital financeiro**

Comparando o LA com a AL e avaliando os vínculos entre a sua formação e as relações com o capital produtivo, é possível mostrar a relevância que assume o nível de controle estatal e dinâmica diferencial.

O preservado controle do Estado sobre o sistema financeiro

que mostrou o LA, explica seu caráter estratégico – pioneiramente indicado por Johnson (1982) – na possibilidade aberta a partir do mesmo não só de garantir os vínculos do sistema financeiro com o produtivo, senão de forjar os padrões de condicionamento sobre a *performance* desse último impulsionado pelo Estado em relação aos atores empresariais (Woo-Cumming, 1999); (Akyiiz et al., 1999). Essa subordinação do sistema financeiro à *performance* do setor produtivo afastou a possibilidade de envolver a economia nacional em um padrão de valorização financeira, o que ocorreu, ao contrário, no cenário latino-americano, essencialmente a partir da abertura privatizadora e desreguladora da matriz neoliberal. (Gonçalves, 2006); (Arceo, 2006); (Salama, 2006).

Na verdade, o sistema bancário da América Latina (que só pertencia em parte ao setor público durante a dinâmica substitutiva) sofreu desde os anos 1980 e especialmente desde as reformas dos anos 90, um mercado no processo de transnacionalização – assim como o sistema produtivo –. Este processo ocorreu em paralelo à tentativa de enfraquecer o padrão bancário a favor do esquema de bolsas de valores e impor um sistema de fluxo de livre circulação financeira (Villalba, 2005). A forma bancária que sobreviveu sob o já mencionado contexto transnacionalizador e concentrador não apenas se isolou do setor produtivo – especialmente sobre o setor PyME – mas, em geral, teve uma baixa *performance* – em relação à capacidade de crédito que dinamiza o sistema econômico (BID, 2005).

#### **IV. A capacidade de integração da força de trabalho**

Com referência à capacidade de integração da força de trabalho, os aspectos antes mencionados influem decididamente na análise das diferenças e especificidades dos *developing countries*.

As diferenças quanto ao caráter de núcleo endógeno e ações condicionadas das empresas transnacionais e dos grupos locais, com seus efeitos integradores das redes internas, geram distinções substanciais no interior dos SSP e na natureza e dinâmica do mercado de trabalho e condições de existência da força de trabalho. No LA, a inserção de um mercado internacional com mercado interno integrado baseado na ampliação das cadeias produtivas e processos de inovação e aprendizagem, bem como o reinvestimento dos lucros para essas ampliações, da conta de um padrão de crescimento capaz de combinar alta produtividade com uma integração formal da força

de trabalho ao sistema produtivo. Com efeito, sob essas condições, o LA conseguiu tornar-se a macro região com as taxas mais baixas de desemprego no planeta, alcançando 3,8 % em 2008 (OIT, 2009).

Além disso, tal como proposto, essas taxas foram cobertas com um emprego informal reduzido, resultado dessa alta produtividade – tanto manufatureira quanto agrícola –, bem como de uma distribuição de renda que permite armar um ciclo de trabalho com base em um emprego mais estável e formal (Infante; Tokman, 1997).

Na AL, no entanto, e contra as previsões de Lewis (1954), a débil estrutura de produção endógena dos atores concentrados e transnacionalizados contribuiu com sua associação a um crescimento com baixa produtividade relativa, com o objetivo de realizar limitações substanciais para absorver a força de trabalho de origem rural que foi chegando aos centros urbanos (Tokman, 2001).

Isso potencializou a existência de uma presença expansiva da informalidade, que atinge quase metade da força de trabalho e na qual domina a precariedade, a baixa produtividade, baixa renda e baixa proteção social. Ela funciona como um refúgio colchão da baixa capacidade de absorção do sistema produtivo formal e alta regressividade da renda que acompanha e que posiciona a AL como a região mais desigual do mundo (CEPAL, 2004). Longe de serem revertidas, essas características regressivas e informalizadoras do emprego foram se agravaram com as reformas dos anos 90, com a simplificação do sistema de produtivo, a ação expulsora da força de trabalho por parte das grandes empresas e a redução do setor público (Tokman, 2001).

## **5.2. Do diagnóstico ao posicionamento estratégico: a escalaridade nacional como instrumento de desenvolvimento regional integrador e dinâmico**

Vimos que o escalaridade nacional transforma e permite verificar as variações econômico-institucionais, não só no centro, mas também na periferia. Tais variações são essenciais para observar como se conduzem diferentes *performances* em presença de vários tamanhos e hierarquias.

A consideração de variedades nacionais do capitalismo, os (quatro) elementos em falta para sua abordagem na periferia e os resultados de sua consideração empírica permitiu dar conta, a partir de um rápido – mas pontual – exercício comparativo, dos aspectos

essenciais sobre como e em que condições deveria se incorporar a escalaridade nacional e seus elementos para operar estrategicamente na periferia.

Certamente, a forma como esses elementos foram construídos são idiossincráticas, respondem a um *path dependence* e não são automaticamente transferíveis (Evans, 1999). No entanto, precisamente a forma como esses elementos são instalados, inspiram as diretrizes para ações e programas de acordo com realidades nacionais. Analisemos então, então quais são essas diretrizes.

#### **a. A transescalaridade como padrão de construção com epicentro nacional**

Em primeiro lugar é preciso destacar a necessidade de assumir a perspectiva transescalar para envolver escala nacional, evitando reutilizar as representações escalares sob as mesmas limitações que afetam os regionalistas-localistas ou seja, evitando entender o “nacional” como uma instância fechada e autorreprodutiva. Uma estratégia transescalarmente articulada a partir da qual se fortaleçam mutuamente os processos “abaixo-acima”, que garantam alta implicação regional nas instâncias e redes nacionais e supranacionais com os de “acima-abaixo”, que evitem o fragmentarismo localista funcional e as hierarquias e tamanhos que exploram o capital global, como analisamos.

#### **b. Uma estratégia nacional de desenvolvimento regional a partir da construção do Estado**

Com esse esquema multi/transescalar e em relação ao regime dessa última função articuladora, implica-se estrategicamente a escalaridade nacional, condicionada a desenvolver uma estrutura de alta qualidade institucional (burocrático organizacional) e um processo retroalimentar de ajustes com os atores econômicos e os agentes da sociedade civil. Isso implica a exigência de “contar com” e, em cenários como o latino-americano, “construir um” Estado com qualidades para desenvolver um núcleo de acumulação endógeno – com estímulo e condicionamento disciplinadores. Essa centralidade do Estado e sua qualidade não acarreta apenas a demanda de burocracias altamente capacitadas e organizadas com alta penetração social. Exigem também no interior do Estado, as elites políticas preparadas para o desafio de implicação (Kholi, 2004); e fora

do Estado, atores sócio-econômicos predispostos a seguir as orientações estratégicas dele (Chibber, 2005).

**c. Ações de interação Estado-sociedade no fortalecimento do núcleo endógeno: complexidade e dinamismo**

Precisamente por este último, a construção de núcleo endógeno implica um envolvimento estatal não asilado e impositor, mas que faça com que convivam multiescalarmente os condicionamentos e estímulos emanados do Estado com uma inserção cooperativa e sinergizadora com as instâncias coletivas da sociedade civil. Isso resulta essencial para estender e dinamizar as redes sociais e econômicas que dão complexidade e dinamismo à estrutura econômico-social. Do ponto de vista estritamente econômico, *complexidade* implica a extensão das cadeias – gerar novas atividades com novos atores econômicos endógenos localizados em zonas críticas das cadeias produtivas – enquanto o *dinamismo* acarreta a geração de processos coletivos de aprendizagem e inovação que deem posicionamento a esses atores e às dinâmicas territoriais nas porções mais dinâmicas das redes globais.

**d. O uso dos instrumentos da intervenção**

A configuração do núcleo endógeno com as características acima indicadas implica por parte do Estado o uso desses estímulos e condicionamentos por meio de uma abundância de instrumentos: fiscais, assessoria, do desenvolvimento de infraestruturas duras e suaves, a facilitação de taxas de câmbio competitivas, as formas de proteção paratarifárias (negociadas). Todos ou parte desses instrumentos operam por meio de ações organizativas, desenvolvimento de conectividades ou obtenção de *performances* para a geração de inovações ou concretização de exportações. Ainda, todos podem ser complementados com o uso estratégico do sistema financeiro, regulado de tal forma que sua rentabilidade se oriente ao financiamento dos processos produtivos, apelando para as variantes de um sistema público ou cooperativo, ou de uma forte regulação no setor privado orientado a decantar o crédito para os sistemas produtivos.

**e. Como, quem (novas bases da coalizão) e onde**

A implantação destes instrumentos leva a definir, de forma

geral, aspectos essenciais ligados à forma de *como*, *quem* e *onde* estão localizados.

Em respeito a *como*, além da observada capacidade diferencial exibida pelas experiências do LA e AL para configurar um estado ideal e formar um núcleo de acumulação endógeno nos termos indicados, elas convergem na dominância de um padrão *top down* de organização social, econômico e territorial, o que arrasta um esquema altamente centralizado nos atores e no território. Enquanto que na experiência do LA esta centralização contribuiu para moldar uma lógica altamente seletiva e concentrada no plano do espaço e dos atores (Hyung; Kee, 2005); na AL a isso se soma uma funcionalização de uma determinada lógica de formas paternalistas, patrimonialistas e populistas durante a ISI e aos processos de transnacionalização e consolidação das formas de valorização financeira e rentista, que acompanharam os processos de privatização e desregulamentação, particularmente desde que as reformas neoliberais realizadas nos anos 1990.

Neste caso, o processo reversivo em ambos os cenários passa por adicionar à demanda de transescalaridade em análise, uma transescalaridade no padrão construtivo que reverta essa dominância *top down*. Para o LA, o desafio consiste em reorientar o núcleo endógeno (impulsionado a partir da centralidade nacional e sobre grandes macroatores) para formas mais centralizadas em termos de controle do capital e dos cenários territoriais envolvidos. Na AL, por sua vez, o desafio – claramente mais complexo – passa inicialmente não por redefinir senão por moldar esse núcleo endógeno debilitado pela transnacionalização, invocando para isso uma estrutura escalarmente diversificada e ampliada. É necessário que ela desenvolva de forma complementar as formas *top down* e *bottom up* que conjuntamente favoreçam processos coletivos de organização e interação com a sociedade civil na formulação de programas, estratégias políticas e alocação de recursos etc.

Em relação a *quem* pode e deve ser protagonista, a viabilidade de *como* indicada anteriormente demanda assumir previamente a configuração de uma base de coalizão social e econômica alternativa, baseada em atores pequenos e médios e a força de trabalho ligada a ela, com um alcance territorialmente abrangente (que evita a concentração). Ou seja, uma base social territorial que conjugue atores e territórios que operaram periféricamente, sobre os quais

recaem os instrumentos antes referidos, procurando uma forma descentralizada de desenho e implementação dos mesmos não apenas no plano dos espaços, senão também dos atores.

Esta base de dados de coalizão social e territorial é essencial para enfrentar cenários como AL de um Estado qualificado e escalar bem articulado, uma base de coalizão real, liderada pelas frações capitalistas globalizadas do capital (produtivo e financeiro). Estas frações não só controlam os nós/funções nevrálgicas das redes globais, mas no interior das instâncias nacionais, têm a capacidade de condicionar o Estado em suas estratégias tanto de acumulação quanto de redistribuição.

Tendo em vista o que foi mencionado está claro que em relação ao *onde* as representações escalares regionais e locais formam peças essenciais não mais para operar – e apenas algumas delas – como privilegiados receptores de decisões *top down* ou de particulares condições internacionais ligadas à abertura do mercado e à sobrevivência *darwiniana* no mercado global; nem para ser concebidas como instâncias indiferenciadamente autorreprodutíveis além de seu posicionamento estrutural, seus recursos acumulados ou *path dependence*. Pelo contrário, são essenciais para atuar como nós dinamizadores de redes econômico-sociais nacionalmente articuladas, que procuram desenvolver processos de densificação de atores e melhoras coletivas no conhecimento para ingressar naquelas redes globais (translocais e regionais) controladas predominantemente pelo capital global.

A escalaridade regional e local, emerge então como, âmbito preferencial na constituição de conectividade e desenvolvimento intra e interregionais para acomodar e desenvolver essas redes e a formação a partir daí de um núcleo endógeno de acumulação. A escalaridade é uma instância ordenadora e promotora dessas conectividades com um alcance nacional.

O dinâmico de desenvolvimento que surge a partir do que foi destacado, combina, portanto, a qualificação e extensão constante da descentralização e o desenvolvimento das conectividades intra e interregionais com uma centralização ordenadora, com base em um estado de alta qualidade institucional, alcance nacional e interrelação escalar. Em outras palavras, estas diretrizes incentivam a complementaridade entre a centralização com epicentro nacional e impulsos *top down* escalarmente bem

articulados, e dinâmicas descentralizadas com processos *bottom up* que facilitam as conectividades (econômicas, sociais, e inter-regionais)

No caso das dinâmicas descentralizada de ordem intra e intrar-regional, isso ajuda a evitar:

- Que o reposicionamento de escalaridade nacional (e seu Estado) reincida nas debilidades conceituais que dominam regionalismo/localismo militante e, por sua vez, que reedite práticas de funcionamento verticais, clientelistas e populistas que arrastaram até a esclerose as estratégias substitutivas do pós-guerra, incentivando o endividamento a crise fiscal e as desvalorizações abruptas que atentam contra o que se procurava favorecer (Dornbusch; Edwards, 1990).
- Uma refortificação de mecanismos de alocação vertical com recepção passiva, que favorecem seletivamente determinados nós territoriais e assim como – neles – certos atores concentrados (local e ambos transnacionalizados) bloqueadores (a partir do rentismo) das conectividades institucionais e econômicas que dão complexidade e dinamismo ao sistema.

Enquanto isso, a intervenção nacional multiescalarmente articulada é central para:

- Forjar ou fortalecer um núcleo de acumulação endógeno social e territorialmente integrador. Isso sustentado na associação de pequenas e médias frações do capital e da integração de trabalho formal nos processos de produção e redistribuição, bem como o outorgamento de peso escalar e esses atores para condicionar o poder concentrado das frações transnacionalizadas do capital que controlam as redes globais.
- Reverter, de maneira complementar à anterior, riscos de fragmentação que, como vimos, afetam as perspectivas regionalistas/localistas dominantes e procuram as facções globais do capital na tentativa de dismantelar as restrições internas e as formas redistributivas vinculadas ao *welfare state*.

- Dinamizar, a partir da coordenação multiescalar, os condicionamentos e estímulos que recaem sobre os atores institucionais e econômicos, ajudando, por um lado, que as conectividades resultem efetivamente inclusivas fazendo chegar as mais dinâmicas até os cenários que foram tradicionalmente periféricos e, por outro, revertendo as práticas antiooperativas dentro e fora das representações escalares regionais.
- Finalmente, essa instância nacionalmente coordenada é imprescindível para sustentar os mecanismos redistributivos essenciais, que permitem fixar condições de partida territorial e socialmente equitativas. Com relação a esses últimos, o padrão de acumulação com capacidade de fortificar suas redes e sua dinâmica inovadora para se inserir em porções mais dinâmicas das redes globais, tem como condicionante e complemento o desenvolvimento progressivo de um sistema de bem-estar territorialmente estendido, com bens públicos assegurados (saúde e educação) e ingressos básicos universais. Ele fixa bases mais equitativas sobre onde lançar as conectividades inter-regionais dinamizadoras nas quais descansa a durabilidade do núcleo endógeno e a inserção no plano global com sucesso.

## 6. Conclusão

O que foi desenvolvido ao longo do trabalho se aglutina em duas partes claramente diferenciáveis e ao mesmo tempo altamente interconectadas.

Na primeira, fizemos uma apelação à perspectiva escalar para dar conta dos fundamentos das visíveis dissonâncias entre o reposicionamento das regiões e das localidades nos enfoques do desenvolvimento e os resultados calamitosos de sua tradução político-institucional para reduzir as desigualdades territoriais tanto no plano macro quanto no internacional que ocorreram nesse mesmo período.

Para isso examinamos as inconsistências das perspectivas dominantes do novo regionalismo, introduzindo a importância da noção de escalas e contrastando a perspectiva neorregionalista com o jogo de metáforas utilizado pela geografia para abordar a problemática escalar. Com esse primeiro contexto – contrastante

–, e adotando uma visão representacional das escalas, assim como uma análise transescalar dos processos de transformação espacial, argumentamos como a recuperação da hierarquia e o tamanho do no exame das dinâmicas transescalares permite dar conta da funcionalidade dos enfoques regionalistas com as dinâmicas fragmentadoras (e despolitizadoras) presentes nas estratégias reprodutivas das frações globalizadas do capital. Juntamente com os enfoques das “políticas de escalas”, sustentamos que o exame dessas funcionalidades mantém latente a importância da análise sobre os vínculos entre o poder e as hierarquias presentes nos processos de descentralização regional.

Na segunda parte, e com base no que foi apresentado, discutiu-se caráter estratégico que assume a recuperação de escalaridade nacional – sepultada por enfoques regionalistas – tanto para o desenvolvimento de diagnósticos quanto para diretrizes estratégicas. No contexto dessa recuperação se destacam as contribuições ligadas às *Variiedades de Capitalismo* (VoC) e os *Sistemas Sociais de Produção* (SSP), e também suas limitações analíticas na periferia.

Incorporamos com o propósito de tentar superar tais limitações, um conjunto de (quatro) elementos essenciais para manter um olhar escalarmente nacional dos processos de transformação e desenvolvimento em cenários periféricos.

Valendo-se desses elementos mostramos, em relação aos diagnósticos, o contraste entre as trajetórias bem sucedidas de experiências nacionais no LA e as regressivas experiências da AL. A observação comparada desses elementos vem confirmar a importância dos vínculos entre: a) a presença estratégica do Estado e suas qualidades institucionais; b) a formação a partir disso, de um núcleo de acumulação endógeno ajudado por uma implicação do capital financeiro subordinado em respeito ao produtivo, e c) a consolidação de um mercado de trabalho formal, com crescente capacitação, que acompanha a capacidade de avançar conjuntamente no fortalecimento quantitativo e qualitativo das redes internas e o *upgrading* nas redes globais cujas funções estratégicas são controladas pelas empresas transnacionais.

Estes aspectos deixam instalados um quadro global de diretrizes que operam como condicionantes para uma estratégia global de desenvolvimento regional integral. No entanto, para que a estratégia adquirira viabilidade e esse caráter regional e integral, é neces-

sário adicionar à recuperação de todos esses aspectos a formação de uma dinâmica multiescalarmente articulada, fundada em uma base de coalizão social e territorialmente alternativa. Nessa dinâmica, o desenvolvimentos da conectividade regional e frações que consolidam as formas oxigenadoras de *bottom up* de base territorial devem se complementar com as formas de coordenação, ordenamento e fortaleza antifragmentadora próprias da lógica *top down* de base nacional.

Aprendendo com este olhar comparativo e explorando esses elementos baseados em um estado qualificado para habilitar uma intervenção estratégica na qual o desenvolvimento de um processo de acumulação endógeno compatibiliza com uma bem-sucedida inserção internacional e uma redistribuição universal e progressiva, a convocatória de um dinamismo regional nacionalmente articulado se posiciona como uma peça chave para um desenvolvimento latino-americano desafiado a reverter seu pesado *path dependence*. Esse último, fundado na centralização autoritária, exclusão territorial e propensão mercado-internista, não aparece ainda bem avaliado por difusores acrílicos do regionalismo dominante.

## 7. Referências Bibliográficas

- AKYÜZ, Y.; CHANG, H.; KOZUL-WRIGHT, R. (1999). New perspectives on East Asian development. In: AKYÜZ, Y. (edit.). (1999). East Asian development: new perspectives. London, Frank Cass Publishers, pp.4-37.
- AMABLE, B. (1997). Diversity, coherence and transformation of innovation systems. BARRÉ, R.; GIBBONS, M.; MADDOX, J.; MARTIN, B.; PAPON, P. (eds.) (1997). Science in tomorrow's Europe, Paris, Economica International, pp. 33-49.
- AMABLE, B. (2000). Institutional complementarity and diversity of social systems of innovation and production. Review of International Political Economy, v. 7, n. 4, pp. 645-687.
- AMABLE, B. (2003). The diversity of modern capitalism. Oxford, Oxford University Press.
- AMIN, A. (2004). Regions unbound: towards a new politics of place. Geografiska Annaler, n. 86(B), pp. 33-43.
- AMSDEN, A. (1989). Asia's next giant: South Korea and late industrialization. New York, Oxford University Press.
- AMSDEN, A. A. (2009). A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo, Editora Unesp.
- ARCEO, E. (2006). El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina. Estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. BASUALDO, E.;

- ARCEO, E. (comps) Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, Colección Grupos de Trabajo. pp. 27-66.
- ARRIGHI, G. (1994). O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo, Editora Unesp.
- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. (1986). The stratification of the World-Economy: an exploration of the semiperipheral zone. Review, Fernand Braudel Center, v. X, n. 1, pp. 9-74.
- ASHEIM, B.; ISAKSEN, A. (2002). Regional, innovation system: the integration of local sticky and global ubiquitous knowledge. Journal of Technology Transfer, n. 27, pp. 77-86.
- BARRO, R.J.; SALA-I-MARTIN, X. (1992). Convergence. Journal of Political Economy, v. 100, n. 2, pp. 223-251.
- BID (2005). Progreso técnico y social en América Latina. Informe 2005: desencadenar el crédito, como ampliar y estabilizar la banca. Washington, IADB.
- BOSCHMA, R.A. (2005). Proximity and innovation: a critical assessment. Regional Studies, n. 39, pp. 61-74.
- BRANDÃO, C. A. (2012). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora Unicamp.
- BRACZYK, H.; COOKE, P., HEIDENREICH, M. (eds.) (1998). Regional Innovation Systems. London, UCL Press.
- BRENNER, N. (1999). Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies. Theory and Society, n. 28, pp. 39-78.
- BRENNER, N. (2001). The limits to scale? methodological reflections on scalar structuration. Progress in Human Geography, v. 25, n. 4, pp. 591-614.
- BRENNER, N. (2003). La formación de la ciudad global y el re-escalamiento del espacio del Estado en la Europa Occidental post-fordista. EURE, v. 29, n. 86, pp. 5-35.
- CAMAGNI, R. (1991). Innovation networks: spatial perspectives. Londres, Belhaven Press.
- CAPELLO, R. (1999). Spatial transfer of knowledge in high technology milieu: learning versus collective learning processes. Regional Studies, v. 33, n. 54, pp. 379-389.
- CASTELLS, M. (1999). A sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra.
- CAVAROZZI, M. (2000). Modelos de desarrollo y participación política en América Latina: legados y paradojas. KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (comps.). (2000). Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo. México, Fondo de Cultura Económica.
- CEPAL (2004). Panorama social de América Latina 2004. Santiago de Chile, Cepal.
- CEPAL (2005). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, Cepal.
- CHENG, T., HAGGARD, S.; KANG, D. (1999). Institutions and growth in Korea

- and Taiwan: the bureaucracy. AKYÜZ, Y. (ed.) (1999). *East Asian development: new perspectives*. London, Frank Cass Publishers, pp. 87-111.
- CHIBBER, V. (2005). Reviving the developmental state?: the myth of the “national bourgeoisie”. *The Socialist Register*, v. 41, pp. 144-165.
- CIMOLI, M.; ROVIRA, S. (2008). Elites and structural inertia in Latin America: an introductory note on the political economy of development. *Journal of Economic Issues*, v. 42, n. 2, pp. 327-347.
- COLLINGE, C. (1998). Spatial articulation of the state: reworking social relations and social regulation theory. Centre for Urban and Regional Studies, University of Birmingham. Disponível em: [http://www.curs.bham.ac.uk/publications/pdfs/Spatial\\_Articulation.pdf](http://www.curs.bham.ac.uk/publications/pdfs/Spatial_Articulation.pdf). Acesso em 12/03/2013.
- COOKE, P.; MORGAN, K. (1998). *The associational economy: firms, regions and innovation*. London, Oxford University Press Inc. .
- COOKE, P. (2001). Regional innovation systems, clusters and the knowledge economy. *Industrial & Corporate Change*, v. 10, pp. 945-974.
- DABAT, A.; RIVERA RÍOS, M.A.; SZTULWARK, S. (2007). Rentas económicas en el marco de la globalización: desarrollo y aprendizaje. *Problemas del Desarrollo*, v. 38, n. 151, pp. 11-36.
- DICKEN, P. (1976). The multiplant business enterprise and geographical space: some issues in the study of external control and regional development. *Regional Studies*, v. 10, n. 4, pp. 401-412.
- DICKEN, P. (2010). *Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. Porto Alegre, Bookman.
- DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (1990). Macroeconomía del populismo en América Latina. *El Trimestre Económico*, v. 57, n. 225, pp. 121-162.
- EVANS, P. (1995). *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- EVANS, P. (1999). Transferable lessons?: re-examining the institutional prerequisites of East Asian Economic Policy. In: AKYÜZ, Y. (edit.). (1999). *East Asian development: new perspectives*. London, Frank Cass Publishers, pp. 66-86.
- FAJNZYLBER, F. (1983). *La industrialización trunca de América Latina*. México, Nueva Imagen.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2017). *La trilogía del erizo-zorro. Redes globales, trayectorias nacionales y dinámicas regionales desde la periferia*. Barcelona, Anthropos; Santa Fe, Ediciones UNL.
- FERNÁNDEZ, V.R.; AMIN, A.; VIGIL, J.I. (comp.) (2008). *Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires, Ed. Miño y Dávila.
- FERNÁNDEZ, V.R.; GÜEMES, M.C.; VIGIL, J.I.; MAGNIN, J.P. (2006). *Capacidades estatales y desarrollo regional. Realidades y desafíos para América Latina*. Santa Fe, Ediciones UNL.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2001). *Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo*

- escenario global-local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. *EURE*, v. 27, n. 82, pp. 43-63.
- FREEMAN, C. (1995). The “national system of innovation” in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, n. 19, pp. 5-24.
- GEDDES, B. (1994). *Politician’s dilemma: building state capacity in Latin America*. Los Angeles, University of California Press.
- GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. (2005). The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1, pp. 78-104.
- GIBSON-GRAHAM, J.K. (2002). Beyond local vs. global: economic politics beyond the binar y frame. HEROD, A.; WRIGHT, M. (edits.). (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell Publishers, pp. 25-60.
- GODINEZ ENCISO, J. A. (2007). Brasil y México: especialización productiva diferenciada y dependencia estructural “renovada” en un contexto económico globalizado. *Análisis Económico*, v. 22, n. 49, pp. 5-30.
- GONZÁLEZ, S. (2010). Las narrativas escalares de la globalización: neoliberalismo y ciudades competitivas. FERNÁNDEZ, V.R.; BRANDÃO, C.A. (edits.). (2010). *Escalas y políticas de desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires, Miño y Dávila, pp. 123-149.
- GONZÁLEZ, S. (2007). Trepando por la jerarquía urbana: nuevas formas de gobernanza neoliberal en Europa. *UOC Papers*, v. 5, pp. 1-8.
- GONÇALVES, R. (2006). Desestabilización macroeconómica y dominación del capital financiero en el Brasil. BASUALDO, E.; ARCEO, E. (comps.) (2006). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, CLACSO, Colección Grupos de Trabajo, pp. 207-236.
- HADJIMICHALIS, C.; HUDSON, R. (2006). Networks, regional development and democratic control. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 4, pp. 858-872.
- HALL, P.; SOSKICE, D. (2001). *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford, Oxford University Press.
- HARVEY, D. (1989). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HEROD, A. (2003). Scale: the local and the global. HOLLOWAY, S; RICE, S.; VALENTINE, D. (edits.). (2003). *Key concepts in geography*. London, Sage, pp. 229-247.
- HEROD, A.; WRIGHT, M. (2002). Placing scale: an introduction. HEROD, A.; WRIGHT, M. (edits.). (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell, pp. 1-14.
- HIRST, P.; ZEITLIN, J. (1991). Flexible specialization versus postfordism: theory, evidence and policy implications. *Economy and Society*, v. 20, n. 1, pp. 1-56.
- HOLLINGSWORTH, J. R. (1998). New perspectives on the spatial dimensions of economic coordination: tensions between globalization and social system of production. *Review of International Political Economy*, v. 5, n. 3, pp. 482-507.
- HOLLINGSWORTH, J.R.; BOYER, R. (1997). *Contemporary capitalism: the embeddness of institutions*. Cambridge, Cambridge University Press.

- HOWITT, R. (1998). Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area*, v. 30, n. 1, pp 49-58.
- HUDSON, R. (1998). Industrial Restructuring in Europe: recent tendencies in the organization and geography of production. UNWIN, T. (edit.). (1998). *A European geography*. London, Longman, pp. 169-185.
- HYUNG KEE, K. (2005). Alternative Regional Development Based on Decentralization and Innovation. Conferencia presentada en el 6° Global Forum on Reinventing Government, Seoul, mayo 24-27.
- INFANTE, R.; TOKMAN, V. (1997). Crecimiento con empleo: La experiencia de los países latinoamericanos y del Sud-este Asiático. Documento de Trabajo n. 43. Ginebra, OIT.
- JESSOP, B. (2004). La economía política de la escala y la construcción de las regiones trans-fronterizas. *EURE*, v. 29, n. 89, pp. 25-41.
- JONES, K. (1998). Scale as epistemology. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 25-28.
- JOHNSON, C. (1982). *MITI and Japanese miracle: the growth of industrial policy 1925-1975*. Stanford, Stanford University Press.
- KAPLINKSY, R. (2000). Spreading the Gains from Globalization: What Can Be Learned from Value Chain Analysis? Documento de trabajo del IDS N° 110. Institute of Development Studies, Brighton, University of Sussex. <http://www.ids.ac.uk/ids/global/valchn.html> . Acceso em 20/4/2013.
- KHOLI, A. (2004). *State-directed development political power and industrialization in the global periphery*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KRUGMAN, P. (1991). *Geografía y comercio*. Antoni Bosch.
- LEWIS, W. (1954). Economic development with unlimited supply of labour. *Manchester School of Economics and Social Studies*, n. 22, pp. 139-191.
- LUNDVALL, B. A. (1992). *National system of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning*. London, Printer.
- MAILLAT, D. (1995). Desarrollo territorial, milieu y política regional. VÁZQUEZ BARQUERO, A.; GAROFOLI, G. (edits.) (1995). *Desarrollo económico local en Europa*. Madrid, Colegio de Economistas de Madrid, pp. 37-51.
- MANN, M. (1997). Has globalization ended the rise and rise of the nation-state?. *Review of International Political Economy*, v. 4, n. 3, pp. 472-496.
- MANSFIELD, B. (2005). Beyond rescaling: reintegrating the “national” as a dimension of scalar relations. *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 4, pp. 458-473.
- MARKUSEN, A.; CAMPOLINA DINIZ, C. (2003). La disparidad en la competencia de las regiones latinoamericanas: oportunidades y limitaciones. Documento preparado para el seminario Global y Local: el desafío del desarrollo regional en América Latina y el Caribe. Milán, 22 de marzo.
- MARSTON, S. (2000). The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, pp. 219-242.
- MARSTON, S., JONES, J.P.; WOODWARD, K. (2005). Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS. 30, pp. 416-32.

- MARSTON, S.; SMITH, N. (2001). States, scales and households: limits to scale thinking?: a response to Brenner. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 4, pp. 615-619.
- MASSEY, D. A (1994). Global sense of place. In: MASSEY, D. A (1994). *Space, place, and gender*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- MASSEY, D. (2004). Geographies of responsibilities. *Geografiska Annaler*, v. 86 B, n. 1, pp. 5-18.
- MESSNER, D. (2002). The concept of the World Economic Triangle: global governance patterns and options for regions. Documento de Trabajo del IDS 173. Brighton, Institute of Development Studies.
- MOORE, A. (2008). Rethinking scale as a geo-graphical category: from analysis to practice". *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, pp. 203-225.
- NAVARRO, V. (2004). Los costes de olvidarte de ciertas categorías analíticas para entender nuestras realidades. *Política y Sociedad*, v. 41, n. 3, pp. 127-140.
- NELSON, R. (1993). *National Innovation Systems*. Oxford, Oxford University Press.
- NOLAND, M.; PACK, H. (2005). The East Asian industrial policy experience: implications for the Middle East Institute for International Economics. Working Paper 05-14. Washington, IIE, pp. 1-30.
- O'DONNELL, G. (1972). *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires, Paidós.
- OIT (2009). *Global employment trends report*. International Labour Office. Geneva, ILO.
- OLDS, K.; DICKEN, P.; KELLY, P.; KONG, L.; YEUNG, H. W. (eds.) (1999). *Globalisation and the Asia-Pacific: Contested Territories*. London, Routledge.
- PASSI A. (2004). Place and region: looking through the prism of scale. *Progress in Human Geography*, 28(4), pp. 536-546.
- PECK, J. (2010). Economías políticas de escala: políticas rápidas e relações interescalar e workfare neoliberal. FERNÁNDEZ, V.R.; BRANDÃO, C.A. (eds.). (2010). *Escalas y políticas de desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires, Miño y Dávila, pp. 77-120.
- PECK, J. (2001). *Workfare states*. New York, The Guilford Press.
- PECK, J.; THEODORNE, N. (2007). Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 6, pp. 731-772.
- PECK, J.; TICKELL, A. (1994). Searching for a new institucional fix: the after-fordist crisis and the global-local disorder. In: AMIN, A. (edIT.) (1994). *Post-fordism: a reader*. Oxford, Blackwell Publishers, pp. 280-316.
- PIORE, M.; SABEL, C. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York, Basic Books.
- PYKE F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (eds.) (1990). *Los distritos industriales y las pequeñas empresas (v. III)*, Madrid, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social.
- RAINES, P. (2001). The cluster approach and the dynamics of regional policy-

- making. Regional and Industrial Policy Research Paper, n. 47, European Policies Research Centre. Glasgow, University of Strathclyde.
- RODRÍGUEZ-POSE, A.; CRESCENZI, R. (2008). R&D, spillovers, innovation systems and the genesis of regional growth in Europe. *Regional Studies*, n. 41, pp. 51-68.
- ROSS, R.; TRACHTE, K. (1993) *Global capitalism: the new leviathan state*. New York, University of New York Press.
- SALAMA, P. (2006a). Por qué América Latina no puede alcanzar un crecimiento sostenido. BASUALDO, E.; ARCEO, E. (comps.). (2006). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias Globales y experiencias nacionales*, Buenos Aires, CLACSO, Colección Grupos de Trabajo. pp. 67-102.
- SALAMA, P. (2006b). Crecimiento asiático y excluyente en Argentina. *Oikos* n. 22, EAE, Universidad Católica Silva Henríquez (UCSH), Santiago de Chile, pp. 55-79.
- SCOTT, A.; STORPER, M. (2003). Regions, globalization, development. *Regional Studies*, n. 37, n. 6-7, pp. 579-593.
- SCOTT, W. (1988). *Flexible production organization and regional development in North America and Western Europe*. London, Pion Limited.
- SMITH, N. (1988). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SMITH, N. (1993). Homeless/global: Scaling places. BIRD, J. CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. (edits.). (1993). *Mapping the futures: local cultures, global change*. London, Routledge, pp. 87-119.
- STORPER, M.; VENABLES, A. J. (2005). O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C. ; LEMOS, M. B. (orgs.). (2005). *Economia e território*. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 21-56.
- SONN, J. W.; STORPER, M. (2008). The increasing importance of geographical proximity in technological innovation: an analysis of U.S. patent citations, 1975-1997. *Environment and Planning A*, v. 40, pp. 1020-1039.
- SOSKICE, D. (1999). Divergent production regimes: coordinated and uncoordinated market economies in the 1980s and 1990s. KITSCHOLT, H.; LANGE, P.; MARKS, G.; STEPHENS, J. D. (edits.). (1999). *Continuity and change in contemporary capitalism*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 101-134.
- SOSKICE, D. (1991). The institutional infrastructure for international competitiveness: a comparative analysis of the UK and Germany. ATKINSON, A.; BRUNETTA, R. (edits.) (1991). *The new Europe*. London, Macmillan.
- SWYNGEDOUW, E. (1997). Neither global nor local: glocalization and the politics of scale. COX, K. (edit.). (1997). *Spaces of globalization: reasserting the power of local*. New York/London, The Guilford Press, pp. 137-166.
- TAYLOR, P. (1982). A materialist framework for political geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS 7, pp. 15-34.
- TOAL, G. (2002). Theorizing practical geopolitical reasoning: the case of U.S. Bosnia policy in 1992. *Political Geography*, 21, pp. 601-628.

TOKMAN, V. (org.). (2001). De la informalidad a la modernidad. Santiago, Oficina Internacional del Trabajo.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. (2000). Desarrollo endógeno y globalización. EURE, v. 26, n. 79, pp. 47-65.

VILLALBA, C. (2005). El BID y el sistema financiero latinoamericano. Uruguay, Economía Sur.

WADE, R. (1990). Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization. Princeton, Princeton University Press.

WEISS, L. (1998). The myth of the powerless state. Ithaca, Cornell University Press.

WOO-CUMMING, M. (1999). Introduction: Chalmer Johnson and the Politics of Nationalism and Development. WOO-CUMMING, M. (edit.) (1999). The developmental state. Ithaca, Cornell University, pp. 1-31.